

ARSÊNIO EDUARDO CORRÊA

**A FRENTE LIBERAL E A
DEMOCRACIA NO BRASIL**

(1984-1985)

**SÃO PAULO
NOBEL – 2006**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, Brasil)

Corrêa, Arsênio Eduardo

A frente liberal e a democracia no Brasil (1984-1985) / Arsênio
Eduardo Corrêa. 2ª ed. – São Paulo: Nobel, 2006.

Bibliografia

ISBN 85-312-1313-6

I. Brasil – Política e governo. 2. Democracia – Brasil. 3 – Partidos
políticos – Brasil. I. Título.

06-0082 / CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil: História política 320.981

SUMÁRIO

Prefácio da segunda edição	4
Prefácio	7
Apresentação da segunda edição	10
Apresentação da primeira edição	15
I	
Significado histórico da frente liberal	18
II	
Reconstituição dos fatos	22
III	
Depoimentos complementares e elucidativos	53
Depoimento do vice-presidente da República, Marco Maciel	53
Depoimento do Senador da República José Sarney.....	72
Depoimento do Senador da República, Presidente do PFL, Jorge Bornhausen	86
IV	
A avaliação efetivada na época, por Marco Maciel	111
V	
Funcionamento do Colégio e fidelidade partidária	123
VI	
A questão teórica da transição democrática	138
A discussão acadêmica acerca da transição democrática	139
Como alcançar a transição bem-sucedida	141
As mudanças e formas	144
Avaliação crítica de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o autoritarismo brasileiro	150
Cronologia dos eventos	155
Dados biográficos	158

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

No prefácio à primeira edição deste livro, tive oportunidade de consignar que o prof. Arsênio Corrêa havia feito justiça ao PFL. Tendo se disposto a ouvir as pessoas que influíram no desfecho da abertura política, em 1985, com o intuito de proporcionar uma reconstituição dos acontecimentos, louvando-se também da imprensa da época, evidencia que, sem a nossa interveniência, o resultado poderia ser diferente. Sem o nosso concurso, jamais a transição teria desembocado na aceitação, pelos militares, da eleição de Tancredo Neves. Mais importante ainda é que o livro veio preencher uma lacuna. E o faz de forma definitiva. É bom lembrar que os jornais de que se valeu já não se achavam submetidos a qualquer censura.

Do lado de quem participou intensamente da abertura política de 1985, posso afirmar com a mais absoluta convicção: **valeu a pena**. Ainda que a arquitetura da democracia brasileira precise ser complementada – pela eliminação da permissividade de nossa legislação eleitoral, a fim de apoiá-la em partidos políticos dignos do nome – continua dando sinais de sua força, produto da vontade dos brasileiros. Acredito que essa vontade, tanto naquela circunstância como nos 20 anos desde então transcorridos, tem sido muito bem interpretada pelos fundadores da Frente Liberal.

No período posterior à abertura política, o país presenciou algo inusitado na história republicana, o afastamento de um presidente da República mediante disposição prevista na Constituição. Precedentemente, tal só ocorrera como resultado de manifestações de força.

Logo adiante, elegeu e empossou um intelectual originário da esquerda, Fernando Henrique Cardoso, algo impensável 20 anos atrás.

Experimentamos avanços democráticos dignos de referência. Basta mencionar a eleição do atual presidente da República que pertence aos quadros de um partido forte, mais à esquerda no espectro político brasileiro, ou seja, o Partido dos Trabalhadores, e, ainda assim, não houve alteração no quadro institucional – tão comum em períodos anteriores.

Enfrentamos também muitos desafios. Entre estes, uma espetacular vitória sobre processo inflacionário, que até então parecia imbatível.

Hoje, o país atravessa um momento delicado, com a evidência de corrupção envolvendo membros do partido do atual presidente e, ainda, suspeitas em relação a homens públicos cuja integridade, até bem pouco tempo, não se ousaria duvidar. Estou seguro de que, mais uma vez, encontraremos os remédios requeridos estritamente nos marcos da legalidade.

Como se vê, institucionalmente o Brasil vive dentro de um regime democrático que precisa e sempre precisará de aprimoramento e correção de rumo. Contudo, em razão dos percalços com que nos

defrontamos, tanto no presente quanto no passado recente, ninguém com responsabilidade pública ousaria propor um regime de exceção.

Tudo isso corresponde à decorrência da abertura política de 1985, tão bem descrita e documentada pelo prof. Arsênio Eduardo Corrêa. Reeditar esta obra permitirá que seja colocado ao alcance das novas gerações, que não a vivenciaram, um documento histórico elaborado com seriedade e isenção.

Brasília, agosto de 2005.

Senador Jorge Bornhausen

Presidente do PFL

PREFÁCIO

A Frente Liberal nasceu de uma ação consciente, organizada e corajosa de seus integrantes. Todos conheciam os riscos, que não eram poucos.

Nascida, basicamente, pela ação de parlamentares federais e governadores, seus criadores sabiam que a chamada ala dura do Exército (especialmente a do setor de segurança e informações) tentaria um retrocesso total no processo de abertura, ou, pelo menos, ameaçaria com tal possibilidade.

Doente e no final do mandato, o presidente Figueiredo poderia se envolver na hipótese aventada. Nos períodos de crise, ele costumava dizer que chamaria o Pires, referindo-se ao então ministro do Exército, Walter Pires.

Existia também o risco legal da perda de mandato dos parlamentares federais que votassem contra o candidato oficial do PDS, já que a fidelidade partidária estava inscrita na Constituição de 1967 então vigente.

E, finalmente, a ninguém era lícito deixar de imaginar que poderiam nos faltar os votos no ato final, que era a eleição pelo Colégio Eleitoral.

Todos nós conhecíamos os métodos de alicia-mento que haviam funcionado para que o candidato escolhido tivesse chegado à vitória na convenção

partidária. Tais métodos seriam reeditados, em dosagem dobrada.

A causa, todavia, era muito maior do que o risco. Significava a transição para a democracia plena, desejo da quase totalidade da sociedade brasileira naquele momento.

Com a mesma habilidade dos que souberam manter a integridade do Brasil no ato da Independência e com a coragem dos desbravadores que garantiram o território, os líderes do PFL conseguiram influir com precisão nos rumos da história para apressar a abertura democrática e torná-la irreversível.

Essa formidável herança histórica do PFL é a matéria-prima deste livro do prof. Arsênio Corrêa, um dos grandes especialistas no pensamento político brasileiro. Para elaborar o estudo, o professor louvou-se das melhores tradições da nossa historiografia, a exemplo do livro clássico *Pesquisas e depoimentos para a História* (1913), de Tobias Monteiro (1876-1952). Ademais, reconstituiu os acontecimentos a partir dos jornais da época. Considerou também depoimentos dos principais personagens da nossa história contemporânea.

O livro faz justiça ao PFL ao deixar claro que, sem a Frente Liberal, o PMDB jamais teria alcançado o poder em 1985. Foram os líderes do PFL que abriram e alargaram o caminho da democracia recente, atesta o prof. Arsênio com base em análise precisa e objetiva dos fatos históricos.

Celebrar a herança histórica do PFL não significa ressaltar apenas o seu passado. Significa que os líderes

do PFL, encorajados pelo aval dos eleitores brasileiros, estão dispostos a seguir e a aperfeiçoar o caminho democrático – o mais adequado para enfrentar os problemas do país e continuar a superá-los, de forma a ampliar as oportunidades e a melhorar as condições de vida para todos.

Brasília, dezembro de 2001.

Senador Jorge Bornhausen

Presidente do PFL

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO

A tese central defendida neste livro afirma que a abertura política, ocorrida em 1985 – há vinte anos, portanto – corresponde ao mais importante acontecimento da história do Brasil nas últimas décadas. Enumero, esquematicamente, os seus principais resultados, com o intuito de comprovar a pertinência de tal convicção.

A eleição de 1985, via Colégio Eleitoral, marcou a saída do autoritarismo e a passagem para uma convivência democrática entre as forças políticas representativas da sociedade brasileira.

Passados mais de 20 anos e não tendo ocorrido nenhum impasse de governabilidade, temos a prova do acerto do acordo que ficou conhecido como “Aliança Democrática”. Esta aliança representou de um lado os liberais, que, de dentro do partido político da situação (PDS), divergiram do encaminhamento dado à sucessão. Entendendo que o país estava maduro para a vida democrática, aliaram-se a maior agrupamento de oposição sob o regime militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MBD), e elegeram Tancredo Neves e José Sarney. Assim, a Aliança Democrática resultou de acordo entre os grupos que deram origem ao Partido da Frente Liberal – PFL – e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

O governo Sarney ficou marcado pela tolerância a que não estávamos acostumados nas décadas anteriores, possibilitando a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte que outorgou ao país uma nova Constituição em 1988. Lembrando alguns episódios da época, discutiu-se muito se haveria a necessidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte – ou seja, autônoma – ou se o Congresso eleito em 1986 poderia funcionar também como Constituinte. Optou-se pelo funcionamento duplo do Congresso, sem impasse quanto à validade das medidas, uma vez que a Constituição foi outorgada e até nossos dias vigora, tendo passado, em 1993, por uma revisão. Apesar de participar do Congresso Constituinte, o Partido dos Trabalhadores não subscreveu a Constituição. Nem mesmo isso abalou a validade ou a legitimidade dos atos praticados, uma vez que as alegações não foram quanto à legitimidade do processo e, sim, sobre o conteúdo da mesma, sendo, portanto, uma atitude momentânea que hoje, talvez, o mesmo partido não tomaria. Até porque chegou ao poder com as normas constitucionais vigentes.

O governo Sarney, do ponto de vista político, funcionou como fase de transição, tendo transmitido o cargo – ou seja, o governo, em 1990 – ao primeiro presidente eleito pelo voto direto, após 1964.

Sendo o primeiro presidente eleito sob o manto da nova Constituição, o Sr. Fernando Collor de Mello apresenta ao país um plano de abertura econômica não

experimentado no Brasil, pelo menos de 1930 até aquela data.

Seu governo ficou marcado pelo início do processo de liberação econômica. Do ponto de vista político, o presidente foi cassado via processo regular perante o Congresso Nacional em 1992. Mais uma vez, apesar de traumático o processo, o país, que saíra sete anos antes do autoritarismo dos governos militares, experimentou uma substituição dessa ordem, sem ter de viver um impasse de governabilidade. Essa experiência mostra como a saída negociada e possibilitada pelo trabalho dos liberais e dos moderados do maior partido de oposição da época foi frutífera, uma vez que as forças políticas negociaram sem quebra de ordem, pelos caminhos legais, uma alteração de poder.

Assumiu o vice-presidente eleito, o Sr. Itamar Franco, que governou sob a égide política de uma transição, ou seja, a entrega ao futuro presidente que seria eleito em 1994. O governo Itamar Franco ficou marcado pela tolerância política e pelo plano econômico, o Plano Real, que possibilitou o domínio da inflação, retornando o país a conviver com taxas suportáveis.

A sucessão do presidente Itamar Franco transcorreu com tranquilidade, tendo sido eleito o Sr. Fernando Henrique Cardoso. À época do governo anterior, exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, tendo sob sua administração implantado o Plano Real.

O presidente eleito tratou de estabelecer uma aliança com os liberais, tendo como vice o Sr. Marco

Maciel, um dos líderes da Frente Liberal, posteriormente denominada PFL, como se indicou. Desta aliança se alicerçou um programa de privatizações e modernização da economia e, conseqüentemente, da sociedade, inimagináveis 10 anos antes. Até mesmo a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso seria, no mínimo, contestada, pois, tendo origem no movimento de esquerda, seu nome teria dificuldades de ser aceito caso não tivéssemos saído do autoritarismo.

A experiência da Aliança Democrática ao possibilitar a saída do autoritarismo gerou frutos, ou seja, os políticos, mediante negociação dos interesses da nação a partir de suas convicções, fizeram o país avançar sem quebra de ordem e sem ameaças descabidas, sempre acalentadas por aqueles interessados em ver o caos para poderem chegar ao poder.

Após ser reeleito em 1998, o governo Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel entregou, em 2003, o poder ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na qualidade de presidente eleito, e seu vice, José de Alencar.

A chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, a meu ver, também reflete as alianças anteriores, destacando-se a Democrática, que tirou o país do autoritarismo. O exercício do diálogo, do jogo político, fez escola, não dando espaço para os radicais, nem mesmo aqueles de origem de esquerda, uma vez que assistimos hoje a um governo de esquerda tratando de resolver problemas como outro qualquer que em seu lugar estivesse, sem se deixar levar pela fraseologia, muito usada nas campanhas eleitorais.

O país experimentou, portanto, um grande aprendizado após o sucesso da Aliança Democrática, que muitos tentam relegar a um segundo plano, na tentativa de reeditar procedimentos heróicos e autoritários, tão comuns em toda a nossa história.

São Paulo, março de 2005.

Arsênio Eduardo Corrêa

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

O imperativo de reconstituir os fatos que desembocaram na Frente Liberal e, posteriormente, na Aliança Democrática, quando se tratava de encerrar o ciclo dos governos militares, em 1984, prende-se a duas circunstâncias.

A primeira advém da necessidade de preservá-los enquanto presentes na memória das personalidades que os viveram.

Essa necessidade foi muito bem percebida por Tobias Monteiro ao realizar, dez anos após a Proclamação da República, as entrevistas que publicou nos jornais da época e, mais tarde (1913), reuniu no livro *Pesquisas e depoimentos para a História* (Coleção Reconquista do Brasil, editora Itatiaia, v. 60).

A segunda pareceu-me mais importante. Com o passar do tempo e diante das dificuldades da reconstituição da convivência democrática, tende-se a minimizar o significado daquele acontecimento.

Parcela expressiva da elite política não esconde o seu despreço pelo sistema representativo e tem deixado claro, nos três lustros desde então decorridos, que desejava que fossem os governos militares substituídos por um regime da natureza do que foi experimentado no Leste Europeu.

Apesar do seu retumbante fracasso, há muita gente no país que gostaria de galgar o poder e ali

sustentar-se pelo denominado método cooptativo, espécie de compadrio mascarado com fraseologia revolucionária. Para essa parcela da opinião pública, tudo no país deve ser denegrado, na esperança de que esta via corresponda à própria auto-exaltação.

Situando-me entre aqueles que se sentem responsáveis por mais essa experiência, sob a República, de consolidarmos no país as instituições do sistema democrático representativo, sinto-me no dever de contribuir para a superação das componentes culturais que têm dificultado a concretização daquele desfecho.

Como procurei demonstrar em outra obra⁽¹⁾, a crença positivista na possibilidade da eliminação do conflito social, difundida em nosso meio a partir dos anos 70 do século XIX, acabou por interromper o empenho de construirmos a nossa democracia, cujo cerne é a presença de partidos políticos estruturados.

A Frente Liberal correspondeu justamente a um passo concreto em prol da reconstituição da nossa tradição liberal, encurralada ao longo da República. E o fez ocupando-se do essencial: a constituição de uma agremiação política comprometida com aquele ideário.

Além do mais, a Frente Liberal tornou viável uma saída pacífica para os ciclos dos governos militares. Só pessoas insensatas podem imaginar que algum bem poderia advir ao país se, ao contrário do caminho que seguimos, tivéssemos nos lançado à guerra civil.

Acredito que a reconstituição dos fatos que consegui efetivar há de convencer o leitor do acerto daquela minha intuição. Agradeço a inestimável

colaboração recebida do vice-presidente Marco Maciel, do senador Jorge Bornhausen e de dirigentes do PFL, como Saulo Queiroz, bem como a do senador José Sarney.

São Paulo, outubro de 2001.

Arsênio Eduardo Corrêa

NOTA

(1) A ingerência militar na República e o positivismo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

I. SIGNIFICADO HISTÓRICO DA FRENTE LIBERAL

Os liberais romperam com o poder, quando poderiam ter-se composto com ele, e formaram a Frente Liberal, bloco político que negociou com o grupo moderado do PMDB, liderado por Tancredo Neves.

Como o PDS tinha a maioria dos votos no Colégio Eleitoral, está provado que, se não houvesse a Frente Liberal, Tancredo não venceria a eleição presidencial e não teríamos a transição democrática.

A experiência brasileira foi extremamente bem conduzida pelos grupos políticos que a empreenderam e que conseguiram tirar o país do autoritarismo (militar) e trazê-lo para a democracia.

Um governo de transição, podemos assim configurar-lo, foi feito pelo presidente José Sarney. Nele, houve a continuidade da abertura política e cultural, tendo culminado com a elaboração da Constituição de 1988.

Alguns poderiam argumentar que essa Constituição não é a ideal para que o Brasil resolva seus problemas, mas não há dúvidas de que ela representou o que a maioria expressava naquele momento.

O fato é que a prática mostrou a inviabilidade de muitas teses vencedoras na Constituinte, mas, hoje, nova maioria vem aprovando reformas constitucionais que deixarão o país preparado para enfrentar seus problemas mais graves. Democracia é assim, não há verdades definitivas.

Voltando a 1984-85, temos de avaliar o que representou e representa até hoje a disposição de grupos políticos modernos interagirem para solucionar o que era extremamente difícil: sair do autoritarismo.

Historicamente, o país não teve experiência democrática no século XX. Contou apenas com breves intervalos – se assim eu os poderia chamar – de relaxamento dos ciclos autoritários. Tal fato deixou-nos a impressão de termos tido vivência democrática, quando, na realidade, foram apenas momentos democráticos.

A Frente Liberal permitiu a Aliança Democrática e criou uma forma de composição ainda não experimentada no Brasil. Um grupo que até pouco tempo antes da Aliança – divergindo dos rumos, mas aliado do poder – resolve romper de forma orgânica com o regime militar, formar um bloco político liderado por figuras de respeito e colocar publicamente o que queria para o país.

É preciso lembrar a coragem desses homens públicos que rompiam sob a égide de uma legislação que os ameaçava, até com a perda dos seus direitos políticos, por violação ao instituto da fidelidade partidária.

De outro lado, no quadro das oposições brasileiras, havia homens públicos de respeito que queriam também que o país se democratizasse. Essa postura aproximou os grupos.

Os liberais, que romperam com o poder quando poderiam ter-se composto com ele, formaram a Frente Liberal, bloco político que negociou com o grupo moderado ou de centro do Partido do Movimento Brasileiro (PMDB), liderado por Tancredo Neves.

O ideário dos liberais e do grupo liderado por Tancredo Neves era muito próximo quanto à questão de fundo, que era democratizar o país e enfrentar os problemas, e aos radicais restou, apenas, lamentar, por não ter como impedi-los.

A tentativa dos grupos radicais foi com sabedoria rejeitada pelos grupos majoritários que formaram a Aliança Democrática e elegeram Tancredo Neves para

presidente da República e José Sarney para vice-presidente da República.

II. RECONSTITUIÇÃO DOS FATOS^{*}

Na primeira quinzena de maio de 1984, meia dúzia de senadores do PMDB e do PDS reuniu-se em Brasília, no apartamento do senador Jorge Bornhausen, para atestar a disposição de um apoio mútuo.

Na oportunidade, chegou-se a examinar a conveniência de um curto mandato de transição e o nome de Marco Maciel para presidi-lo. Maciel era um dos líderes mais destacados da dissidência.

(^{*}) Nesta reconstituição, baseamo-nos nos jornais da época, metodologia indicada quando as notícias aparecem, simultaneamente, em diversas publicações.

No processo de abertura política – dita gradual – João Figueiredo, empossado em março de 1979, governou sem a possibilidade de cassar mandatos, introduzindo uma reforma partidária para pôr fim ao bipartidarismo (1980). Criou-se, então, o Partido Democrático Social (PDS), com personalidades ligadas ao antigo partido governista (Arena).

Parte da oposição manteve-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), acrescentando-lhe a palavra Partido (PMDB), por exigência da Lei, mas não se conseguiu evitar divisões. Assim, ressurgiu o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, por ter perdido essa sigla, Leonel Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Os comunistas não tiveram prerrogativas e foram para o PMDB. Sob a liderança de Tancredo Neves, os elementos mais moderados da oposição criaram o Partido Popular (PP).

Para assegurar o controle da situação, o último governo militar manteve a eleição indireta do presidente da República, confiando que, no Colégio Eleitoral, àquele fim destinado, vigorasse a fidelidade partidária. Isto é, quem votasse contra a orientação da cúpula perderia o mandato.

Com a formação do Partido Popular, sob a liderança de Tancredo Neves, criava-se pela primeira vez uma alternativa democrática ao regime vigente, contra o qual não se justificava qualquer espécie de resistência militar. Tancredo estava alheio a toda espécie de radicalismo e, se efetivada sob a sua direção,

a abertura política dificilmente empreenderia o caminho do revanchismo e da retaliação, motivo que, supostamente, seria a razão principal do empenho do governo em manter o processo sob seu controle.

Por imensa maioria, os brasileiros desejaram que a anistia, decretada em meados de 1979 – a partir da qual voltaram à vida política os líderes oposicionistas exilados e sobre os quais recaía a suspeita de conivência com o terrorismo – vigorasse para ambos ao lados. Apesar disso, o regime reagiu mal à nova situação, resultante da criação do PP, visto que um partido com aquele perfil passaria a ser o pêndulo das decisões políticas. A resposta oficial surgiria a pretexto das eleições (para governadores, prefeitos e cargos legislativos), que se realizariam em 1982.

Com a reforma eleitoral de 1981, em que se implantou o voto vinculado, municipalizou-se a eleição. A vinculação do voto foi a causa, pois, ao votar, o eleitor teria de escolher o vereador, o deputado estadual e federal, o governador e o senador do mesmo partido.

Portanto, só uma organização de âmbito nacional teria êxito, acreditavam os coordenadores políticos do governo. E a conseqüência da manobra oficial seria a inviabilidade política do novo partido, criado por Tancredo Neves.

O partido do governo, o PDS, ganhava força com a reforma. Só seria possível enfrentá-lo com uma estrutura em todo o país. E isso o Partido Popular não teria tempo para conseguir. Diante desse quadro, os líderes do PP resolveram incorporá-lo ao PMDB.

Verifica-se que Tancredo Neves era realista e conhecia a política brasileira como poucos.

As eleições de 1982 apresentaram características muito especiais. A não-compreensão de seus resultados leva com certeza a conclusões equivocadas de erros. Tendo por base a publicação feita pelo Tribunal Superior Eleitoral – *Dados estatísticos, v. 14, tomo I* – sobre as eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982, podemos extrair as seguintes informações.

A eleição de 23 senadores assim se distribuiu entre os partidos:

Partido Político	Sigla	Nº	%
Partido Democrático Social	PDS	13	56,52
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	9	39,13
Partido Democrático Trabalhista	PDT	1	4,35
Total		23	100,00

A eleição de 479 deputados federais assim se distribuiu entre os partidos:

Partido Político	Sigla	Nº	%
Partido Democrático Social	PDS	235	49,07
Partido dos Trabalhadores	PT	8	1,67
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	13	2,71
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	200	41,75
Partido Democrático Trabalhista	PDT	23	4,80
Total		479	100,00

Levando-se em conta que o PDS conseguiu ser majoritário em grande parte das Assembléias Legislativas estaduais, podendo utilizar o instituto da fidelidade partidária, este partido indicaria a maioria dos delegados oriundos dessas casas e dos integrantes do Colégio Eleitoral que elegeriam o presidente da República em 1985.

Está provado, portanto, que, se não houvesse a dissidência dentro das hostes do PDS, que culminou com a formação da Frente Liberal, não haveria a possibilidade de Tancredo Neves vencer as eleições para a Presidência da República. Não teríamos, por conseguinte, a transição democrática.

Ao se iniciar o ano de 1984, a oposição resolveu eleger, como tema nacional, a emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, que passou para os anais como a emenda das *Diretas Já*. De janeiro a abril de 1984, ocasião em que a Câmara dos Deputados votou a emenda das diretas, o país experimentou um movimento popular de grande porte. Comícios em praça pública foram feitos nas principais cidades brasileiras, reunindo milhares de pessoas.

No dia 25 de abril de 1984, a emenda das “Diretas Já” não foi aprovada, pois não conseguiu o *quorum* exigido para aprovação das emendas constitucionais, embora tivesse recebido a imensa maioria dos votos.

Ainda assim, serviu para fixar os rumos do país, conforme se comprovará pelo exame dos principais lances então registrados pela imprensa.

Enquanto se desenvolvia o movimento denominado “Diretas Já”, os embates políticos se sucediam. Os mais realistas vislumbravam alternativas políticas que impedissem o impasse.

Em 22 de janeiro de 1984, notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil* dizia estar em andamento um acordo político, chamado “Acordo de Minas Gerais”. Este pacto estaria sendo feito pelo vice-presidente Aureliano Chaves e Tancredo Neves, mas essa notícia foi desmentida pelas partes.

No mesmo mês de janeiro de 1984, Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, dos estúdios da *Rede Globo* em Nova York, lança sua candidatura à Presidência da República em eleições diretas. Julgava o líder oposicionista que a emenda das diretas seria aprovada. Seu ato, com certeza, encorajou muitos parlamentares. Ulisses sabia que sua única chance de ser presidente da República seria por meio de uma eleição direta, com uma plataforma de união das oposições.

Na oposição, havia políticos que não acreditavam na aprovação da emenda “Diretas Já”. Assim, em reação ao pronunciamento precedente, manifesta-se, no Congresso, o então deputado federal Roberto Cardoso Alves (São Paulo): “É preciso que o PMDB tenha um olho no queijo e outro no rato”. E conclui: “Vamos trabalhar as indiretas”. O chamado grupo moderado do

PMDB trabalhava com a hipótese de disputar as eleições via Colégio Eleitoral.

O clima político não era pacífico nas hostes governamentais e no partido da situação havia tensão. O senador Guilherme Palmeira (AL) disse aos repórteres que, em conversa com o presidente Figueiredo, obteve deste uma confissão: haveria um golpe caso ocorresse a eleição do ex-governador Paulo Maluf.

Em fevereiro de 1984, mais precisamente no dia 10, o presidente Figueiredo reuniu os ministros militares para avaliar a situação, a partir de relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI). A suposição era a de que a campanha pelas “Diretas Já” iria se intensificar.

Uma das sugestões contidas no relatório era que deveria ser feita uma advertência ao vice-presidente Aureliano Chaves, no sentido de que deixasse de defender teses opositoristas.

Para fazer face ao quadro nacional, naquele momento, quatro propostas foram estudadas: 1) aceitação das diretas; 2) manutenção da eleição por via indireta; 3) prorrogação do mandato do presidente Figueiredo; e 4) retrocesso com suspensão do projeto de redemocratização.

A aceitação das diretas foi descartada. Figueiredo entendia que ela seria plebiscitária e uma derrota do governo poderia levar o país a uma situação de confronto, que escaparia ao controle. A eleição por via indireta, como já estava prevista, era a solução. Até porque o PDS, partido da situação naquele momento,

tinha maioria no Colégio Eleitoral e elegeria o presidente da República.

A prorrogação do mandato do presidente Figueiredo foi objeto de várias conversas políticas, tendo o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, declarado à imprensa ser simpático à idéia, caso houvesse um impasse político.

Os jornais refletiam a convicção generalizada de que, com a suspensão do projeto de redemocratização, haveria retrocesso. Os principais líderes militares queriam a democratização. O ex-presidente Geisel, que iniciou o processo de abertura, defendia essa posição e tinha, juntamente com o presidente Figueiredo, controle sobre a situação militar. O presidente Figueiredo havia jurado fazer do país uma democracia e não alterara seu projeto.

Em 13 de fevereiro de 1984, o presidente Figueiredo e os chefes do Gabinete Civil e Militar discutiram a conveniência de convocar o vice Aureliano Chaves para um encontro. Concluíram que melhor era reunir os quatro candidatos à Presidência da República pelo PDS: Paulo Maluf, Mário Andreazza, Aureliano Chaves e Marco Maciel.

A reunião realizou-se no dia 15 de fevereiro de 1984. Figueiredo advertiu aos quatro candidatos que o Governo não estava disposto a transigir quanto à escolha de seu sucessor. Mereceu ampla cobertura da imprensa.

O vice Aureliano Chaves era o alvo. A reunião se estendeu por duas horas e dez minutos e foi testemunhada pelo então senador José Sarney, presidente

do PDS, e pelos ministros Leitão de Abreu, Rubem Ludwig, Otávio Medeiros, Ibrahim Abi-Ackel e Danilo Venturini.

O presidente Figueiredo leu um documento que atribuía à esquerda a manipulação do movimento das “Diretas Já”.

O documento oferecia aos quatro candidatos a escolha de renunciarem conjuntamente, comprometendo-se também a apoiar o vencedor da convenção, de modo a permitir a escolha de um novo nome capaz de unir o partido.

Aureliano Chaves e Marco Maciel optaram pela renúncia, mas recusaram o acordo de apoiar o vencedor da convenção. Paulo Maluf e Mário Andreazza recusaram a hipótese da renúncia e prometeram apoiar o vencedor da convenção. Tanto o vice-presidente como o senador Marco Maciel deixaram o Palácio do Planalto convencidos de que a saída era negociar com a oposição.

Dois dias após a reunião com o presidente Figueiredo, ou seja, em 17 de fevereiro de 1984, o vice Aureliano Chaves disse a Villas-Bôas Correia, do *Jornal do Brasil*: “Só há um caminho para evitar o confronto, que é o da conciliação. A única maneira de alcançá-lo é encontrar um candidato que mereça a confiança do presidente Figueiredo”.

Em março de 1984, há sinais evidentes de dissidência nas hostes governamentais. Em primeiro de março, Fernando Lyra (PE), líder oposicionista, depois de conversa com Roberto Magalhães, governador de

Pernambuco e membro do PDS, diz à imprensa que as divergências entre os governistas são profundas. Segundo informou aos jornais, Roberto Magalhães admite votar em um candidato da oposição, se este for Tancredo Neves, e declara que não apoiaria a candidatura de Paulo Maluf.

No primeiro trimestre de 1984 já se especulava sobre a ida de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. Tancredo teria dito a Ulisses Guimarães em janeiro: “Eu já disse: vou a esse Colégio. É uma questão de patriotismo, pois será muito difícil as diretas passarem”.

A demissão do ministro da Marinha, almirante Maximiniano da Fonseca, no mês de março de 1984 foi interpretada pelos jornais como demonstração de que o quadro da sucessão não era tranqüilo. Os indícios de crise político-militar pairavam no ar.

De acordo com entrevista concedida pelo ex-ministro, já em 1985, sua saída deveu-se à oposição que o general Otávio Medeiros, chefe do SNI, fazia à solução civil, entendendo que a solução seria o nome de um militar da comunidade de informação. Essa proposta calcava-se na hipótese de que seria a única maneira de manter o conceito de segurança nacional que emanava dos objetivos do movimento político-militar de 1964.

A revista *Veja* de 28 de março de 1984 noticiava que a queda do ministro ocorreu em virtude de ele ter compromisso com o retorno à legalidade constitucional. Substituiu o ministro Maximiniano da Fonseca o almirante Karam.

Este, por sua vez, foi chamado às pressas, no dia 19 de março de 1984, para participar de uma reunião com Figueiredo e os demais ministros militares. O assunto era a possibilidade – ou não – de aprovação da emenda das diretas e o que fazer diante de tal perspectiva. Houve sugestão de virar a mesa. Figueiredo não aceitou.

O então senador Afonso Camargo (PR) foi ao Palácio do Planalto, em 21 de março de 1984, informar o ministro Rubem Ludwig que, se a emenda das diretas fosse votada, não passaria. Naquele mesmo dia, 150 mil pessoas realizaram passeata na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, exigindo eleições diretas.

No campo da luta política e do restabelecimento de um governo civil, um fato relevante foi que, no mesmo dia 21 de março, em São Paulo, os senadores Fernando Henrique Cardoso (São Paulo) e Severo Gomes (São Paulo), além, ainda, do secretário de governo de São Paulo, Roberto Gusmão, passaram a admitir a negociação com o governo, mesmo antes da votação das “Diretas Já”.

O certo é que prosperava a idéia de disputar a eleição via Colégio Eleitoral em caso de derrota da emenda Dante de Oliveira no Parlamento. Isso era difícil de ser percebido pela maioria das pessoas. O nome de Tancredo Neves era lembrado pelos políticos.

A dissidência política nas hostes do PDS já era um fato tornado público. Em abril de 1984, o deputado federal Fernando Bastos (SC) anunciou, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, que votaria em favor

da emenda das diretas. Bastos contou a seu amigo, senador Jorge Bornhausen (SC), que Figueiredo raciocinava da seguinte maneira: perder no Colégio Eleitoral, mesmo tendo maioria, seria um problema do Maluf, mas o PDS perder uma eleição direta seria um julgamento do governo e do próprio movimento de março de 1964.

Prosseguem os encontros políticos. No mês de abril de 1984, Aureliano Chaves encontra-se com Jarbas Passarinho e comenta sobre a sucessão, dizendo que o presidente Figueiredo sabe que Paulo Maluf não deve ser o candidato do PDS. Adianta que apoiaria Mário Andreazza, se seu nome fosse da preferência do presidente da República. Entretanto, entendia que o nome de Jarbas Passarinho uniria o partido. Consultado pelos jornalistas, Passarinho declinou dessa possibilidade.

A boataria – da qual a imprensa fazia eco – afirmava, em 10 de abril de 1984, ter havido uma conversa entre o presidente Figueiredo e o deputado Alcides Franciscato, de São Paulo.

Figueiredo teria dito ao deputado que, se estivesse no Brasil, ele (Figueiredo) iria ao comício da Candelária (RJ) em defesa das eleições diretas. Figueiredo encontrava-se em viagem oficial. Posteriormente, o deputado desmentiu ter o presidente feito essa afirmação.

Em busca de uma solução política que evitasse a vitória de Maluf na convenção do PDS e a derrota deste no Colégio Eleitoral, o ministro Leitão de Abreu levou ao presidente Figueiredo, para exame, a chamada emenda Leitão de Abreu, como ficou conhecida. A proposta previa eleições diretas para a Presidência da

República em 1988. Isso ocorreu há menos de dez dias da votação da chamada emenda “Diretas Já”.

A emenda Leitão de Abreu foi posta na mesa do presidente João Figueiredo precisamente em 16 de abril de 1984, apesar de combatida pelo então ministro da Justiça, pelo general Medeiros e por Paulo Maluf.

Participaram da reunião o presidente do PDS, senador José Sarney, os ministros Leitão, Ludwig, Medeiros e Venturini e ainda os líderes Aloysio Chaves, do Senado, e Nelson Marchezan (RS), da Câmara.

Figueiredo reafirmou que os comandantes militares eram contra a aprovação da emenda das Diretas porque temiam a eleição do governador Leonel Brizola. Esse mesmo argumento seria usado por aquelas autoridades para rejeitar a emenda Leitão de Abreu.

Havia o receio de que o artigo que estipulava as eleições diretas para 1988 ou 1989 fosse eliminado na tramitação. Isso traria um impasse sobre a data. Figueiredo temia que o entendimento poderia vir a ser eleições Diretas Já e o processo de abertura poderia estar em jogo.

Figueiredo ameaçou fechar o Congresso e entregar o poder ao general Pires, então ministro do Exército. Apesar das divergências, Figueiredo foi para a televisão à noite e anunciou o envio de tal emenda ao Congresso, mas foi obrigado a retirá-la tão logo viu confirmado o seu receio sobre a retirada da data marcada para as eleições diretas, o que já havia previsto reservadamente.

Em 21 de abril de 1984 ao discursar em Ouro Preto (MG), por ocasião da comemoração do dia dedicado aos Inconfidentes, disse Tancredo Neves que a solução seria a unidade das forças civis sem radicalismo. Ao seu lado, estavam os governadores José Richa (PR), Gerson Camata (ES), Roberto Magalhães (PE) e Esperidião Amin (SC).

Às vésperas da votação da emenda das Diretas Já, no dia 24 de abril de 1984, foi decretado estado de emergência em Brasília, tendo sido designado o general Newton Cruz para comandá-lo. Houve um cerco ao Congresso e as autoridades informaram que se tratava de medida de segurança a fim de que os parlamentares pudessem decidir sem a chamada pressão popular.

A emenda das Diretas Já recebeu 298 votos a favor e 65 contra. Houve 113 faltas e 3 abstenções.

Thales Ramalho não foi à sessão de votação das diretas. Entendia que a saída seria a negociação. Qualquer imposição sairia mal. Como Thales, vários políticos assim entendiam aquele momento histórico. Esse entendimento se mostrou correto mais tarde.

Em maio de 1984, durante entrevista a José Álvaro Moisés, Tancredo cita o Pacto da Moncloa, na Espanha, como exemplo positivo de transição democrática. Na mesma entrevista, diz: “Eu acho a conciliação muito difícil, ela não é fácil. Os partidos se extremaram e os candidatos do PDS não se mostram dispostos a qualquer tipo de renúncia. Aliás, a conciliação para ser efetivada não poderá ser um entendimento entre cúpulas partidárias. Esta seria uma

conciliação elitista, uma marginalização do povo e até contra os seus interesses”.

Na seqüência, Tancredo afirma que a conciliação teria de se fazer em torno de um programa mínimo de ação política, em que se contemplassem aquelas reivindicações decorrentes das mais sentidas exigências da nossa gente. Em torno desse programa se aglutinariam todos os segmentos da sociedade. O entendimento se faria de maneira estrutural. Isto é, abrangendo nos seus objetivos interesses fundamentais das diversas categorias sociais, dando-se ênfase aflitiva e desesperadora às camadas mais sofridas do nosso povo.

Segundo os jornais, na primeira quinzena de maio de 1984, meia dúzia de senadores do PMDB e do PDS reuniu-se no apartamento de Jorge Bornhausen, na Superquadra 209 Sul – chamada Quadra dos Senadores – para atestar a disposição de um apoio mútuo: o PMDB a Aureliano, e a dissidência do PDS a uma possível candidatura Tancredo Neves.

Nessa oportunidade, chegou-se a examinar a conveniência de um curto mandato de transição e o nome de Marco Maciel para presidi-lo. Marco Maciel era um dos nomes mais destacados da dissidência.

Em maio de 1984, Tancredo se encontra com Antônio Carlos Magalhães, o principal coordenador da campanha de Andreazza. Ele se compromete a apoiar Tancredo se Andreazza for derrotado na convenção do PDS.

Na última semana de maio de 1984, a candidatura de Aureliano Chaves agonizava. Ele queria que

Bornhausen opinasse sobre como deveria oxigenar sua campanha presidencial. Sugestão não confirmada, noticiada pela imprensa, indicava um remédio drástico: demitir Delfim Neto durante uma interinidade no exercício da Presidência. A medida empolgaria o partido e seria uma demonstração clara da divergência com o presidente Figueiredo.

Desde os primeiros dias do mês de junho de 1984, discutia-se no PDS a possibilidade de realização de uma prévia do partido para a escolha do candidato à sucessão do presidente Figueiredo. Seria uma forma prática de tentar derrotar Paulo Maluf, apostavam todos os demais candidatos do partido. Contudo, a 10 de junho de 1984, Figueiredo retirou seu apoio à realização da prévia.

Sarney renunciou à presidência do PDS na manhã do dia 11, uma segunda-feira. Aureliano Chaves julgou ter chegado a hora de renunciar ao cargo de vice-presidente da República e também deixar o partido.

Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira embarcaram para o Rio de Janeiro. Foram conversar com Aureliano. Maciel argumentou que os próximos dias seriam decisivos e que a suspensão da prévia agiria como catalisador da insatisfação do PDS.

Nenhum fato poderia provocar uma reação tão vertiginosa como a resultante da atitude do senador Sarney em 11 de junho de 1984.

Ao tentar aprovar a prévia na reunião da Comissão Executiva Nacional do PDS, Sarney resolveu renunciar, por pressentir que seria derrotado pelos aliados de Maluf e do presidente Figueiredo.

Informado de que o vencedor da prévia, se ela ocorresse, seria o então vice Aureliano Chaves, Figueiredo passou a fazer oposição à proposta.

No edifício Sofia, no Setor Comercial Sul de Brasília, o senador José Sarney, tenso, armado com dois revólveres calibre 38, anunciou, em caráter irrevogável, a renúncia à presidência do PDS. Assumiu, como presidente interino do PDS, o senador Jorge Bornhausen.

Sarney perdera a esperança de soldar as rachaduras existentes em seu partido. Resolveu então apoiar um candidato da oposição à sucessão presidencial, cristalizando assim a dissidência do PDS, que ajudaria e seria fundamental na eleição de Tancredo Neves.

No final de 1984, o senador Jorge Bornhausen lembraria: “Eu me convenci de que a alternativa era Tancredo no dia seguinte ao da renúncia, durante uma conversa com Ulisses”.

É que na noite do dia 12, terça-feira, no apartamento do ex-governador de Santa Catarina, em Brasília, um Ulisses Guimarães extremamente sereno comentou: “Sei que meu nome não é absorvido pelo sistema, mas o de Tancredo é”.

Em 12 de junho de 1984, em conversa com Leitão de Abreu, Bornhausen diz que Marchezan, líder do governo na Câmara, poderia unir o partido.

O ministro marca então um encontro entre Bornhausen e Figueiredo. Nessa oportunidade, Bornhausen disse a Figueiredo que a saída seria a retirada

das quatro candidaturas, Aí que perguntou Figueiredo: “Quem tira o Maluf?” Bornhausen respondeu: “O senhor”.

Na mesma ocasião, Jorge Bornhausen informou ao presidente Figueiredo que iria para a dissidência. Sentindo-se liberado, desde então, começa a articular o pacto entre os dissidentes do PDS e o PMDB.

Em 19 de junho de 1984, governadores reunidos no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, lançaram como candidato ao Colégio Eleitoral o nome de Tancredo Neves.

Esse episódio pôs em risco os frágeis laços do pacto. O ministro Carlos Átila, então porta-voz do Palácio do Planalto, disse que o governador Franco Montoro era “açodado”. Os dissidentes tiveram receio de mais um confronto entre o PMDB e o governo.

Em 21 de junho de 1984, às vésperas da sessão da Comissão da Executiva Nacional do PDS, em que tentaria convocar o Diretório nacional para examinar e aprovar a prévia, sentindo que não teria apoio suficiente, como já ocorrera com o senador José Sarney, Bornhausen renunciou à presidência do PDS.

O primeiro semestre de 1984 encerrou-se depois de muita indefinição.

O PDS estava irremediavelmente rachado. Até se discutiu uma possível prorrogação do mandato do presidente Figueiredo, que teria apoio de Brizola e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa proposta ficou conhecida como mandato-tampão.

A emenda Leitão de Abreu, encaminhada por Marchezan, buscava adiar as eleições diretas para 1988, mas foi retirada estrategicamente por Figueiredo.

Em julho de 1984, com a retirada da emenda Leitão de Abreu, houve mudança de rumos no PMDB. Ao mesmo tempo, o grupo liberal do PDS, em face de o governo recusar-se a realizar as prévias, considera-se liberado para apoiar a oposição. Com isso, aproximam-se os dois grupos, por iniciativa dos mineiros Aureliano Chaves e Tancredo Neves, que acabam por firmar os termos de compromisso para a sucessão presidencial, batizado pelos jornais de “Acordo de Minas”.

Em primeiro de julho de 1984, Tancredo encarrega Aureliano de articular entre os liberais um nome para formar em sua chapa no cargo de vice.

Em 3 de julho de 1984, a Frente Liberal, formada pelos dissidentes do PDS, rompeu com o governo e resolveu constituir blocos parlamentares independentes no Congresso e nas Assembléias Legislativas estaduais, acertando com a oposição as preliminares para o lançamento da candidatura Tancredo Neves.

Em 6 de julho de 1984, pela manhã, o avião presidencial desceu na Base Aérea de Brasília com o ex-presidente Ernesto Geisel a bordo. Recebido pelo general Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar, Geisel foi conduzido ao Palácio da Alvorada, onde Figueiredo o esperava.

O encontro fora marcado pelo general Medeiros, que visitara Geisel no Rio três dias antes. Geisel empenhou-se em convencer Figueiredo a retomar o

comando de sua sucessão e coordenar o nome do PDS. Figueiredo respondeu que estava magoado com os políticos, que a coordenação perdera o sentido desde que Maluf anunciara o propósito de disputar a convenção de qualquer maneira e que o problema era agora de exclusiva competência do PDS.

Geisel argumentou que Maluf não reunia qualidades para governar o país, que o PDS parecia cindido e que, assim, a oposição ganharia no Colégio Eleitoral. Figueiredo concordou com a avaliação de Geisel a respeito de Maluf, mas estendeu sua crítica a Aureliano, que, desde fevereiro, tinha o apoio de Geisel.

Geisel e Figueiredo concordam que seria inconveniente a eleição de mais um general. O presidente e o ex-presidente não se viam desde 4 de fevereiro de 1983 quando, num hotel em Porto Alegre, tinham discutido a sucessão e descartado dois nomes: Maluf e Andreatza, justamente os dois que estavam na reta final da convenção do PDS.

Figueiredo declarou-se muito feliz com o encontro. Geisel não chegou sequer a considerar-se satisfeito. Como disse o general Ludwig, depois de levar Geisel de volta ao avião: “Geisel quer ação e Figueiredo não age”.

O governador Tancredo Neves, em 9 de julho de 1984, advertia sobre a ameaça de retrocesso político e dizia: “A hora é de apreensões e todos nós, que estamos vivendo esse momento, devemos estar preparados para o pior”. Essa declaração foi feita em decorrência do encontro entre Figueiredo e Geisel, encontro este que

ele, Tancredo, chamou de “uma retomada do processo revolucionário”.

Apesar de temer o retrocesso, Tancredo Neves deixou claro que continuava disposto a ir ao Colégio Eleitoral como candidato de uma frente integrada pelas oposições e pelos membros da Frente Liberal, dissidentes do PDS.

O vice-presidente da República, Aureliano Chaves, em 10 de julho de 1984, admitiria, pela primeira vez, a possibilidade de apoiar Tancredo Neves.

Esse fato ocorreu depois de um encontro entre ele e o ex-presidente Ernesto Geisel, no Rio de Janeiro, que durou perto de 70 minutos, na Norquisa, empresa presidida por Geisel. Após esse episódio, ocorreram vários encontros.

No dia 11, Aureliano reuniu-se com Ulisses Guimarães. Dois dias depois, Tancredo reuniu-se com a facção Só-Diretas, do PMDB, que, pouco depois, começou a se desintegrar. No dia 13, enfim, o governador de Minas e o vice-presidente da República reuniram-se no Palácio do Jaburu, em Brasília.

Em 13 de julho de 1984, Tancredo Neves disse não saber ainda se a aliança da Frente Liberal com as oposições iria implicar a constituição de um novo partido. Sobre seu companheiro de chapa, disse não ter preferência. Perguntado se poderia ser o senador Marco Maciel, afirmou: “A escolha não compete a mim, mas tenho pelo senador Marco Maciel o maior respeito, apreço e admiração”.

O Palácio do Jaburu foi palco, no dia 14 de julho de 1984, da assinatura do pacto da Aliança Democrática. A Aliança foi firmada para enfrentar a caminhada de Maluf ao Planalto.

No encontro estavam presentes, pela Frente Liberal, o vice-presidente Aureliano Chaves; os senadores José Sarney, João Calmon, Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Guilherme Palmeira; os deputados José Lourenço, Fernando Bastos, Saulo Queiroz, França Teixeira e Volnei Siqueira. Pela dissidência do PDS, Wellington Moreira Franco. Pelo PMDB, estavam os senadores Pedro Simon, Afonso Camargo e Humberto Lucena, além dos deputados Ulisses Guimarães e Freitas Nobre. Após firmado o pacto, Tancredo teve a oportunidade de dizer: “Agora não é uma aventura. Agora nós estamos realmente diante de uma possibilidade manifesta”.

A Frente Liberal indicou o senador José Sarney para vice na chapa de Tancredo Neves à Presidência da República. Os senadores José Sarney e Marco Maciel estavam no gabinete do vice-presidente quando este falou por telefone com o ministro Leitão de Abreu, que lhe informou o resultado negativo de sua conversa com Paulo Maluf.

Segundo Leitão, Maluf havia garantido ter o apoio de todo o PDS, caso ganhasse a convenção.

Aureliano, sabendo que Maluf não retiraria sua candidatura, ligou para Tancredo Neves e lhe informou que a Aliança estava selada e que o vice da chapa seria o senador José Sarney. A candidatura de Sarney surgira

dias antes, em uma reunião na casa do senador Jorge Bornhausen.

O primeiro nome lembrado para o cargo pelo senador Guilherme Palmeira foi o do principal articulador da Frente Liberal, o senador Marco Maciel. Ali mesmo ele descartou tal hipótese.

O presidente Figueiredo continuava tentando unir o PDS.

A 24 de julho de 1984, uma terça-feira, num despacho com o então ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, o presidente diz que o único nome capaz de sair vitorioso no Colégio Eleitoral é o dele, Passarinho.

O presidente informou que havia sido procurado por governadores do PDS e estes tinham proposto o nome de Passarinho.

O então ministro da Previdência reagiu com modéstia: “Olha, presidente, a mim basta que o senhor tenha pensado no meu nome”.

Tancredo Neves, em julho, afirma que revanchismo é subdesenvolvimento, ao desembarcar em Brasília para um encontro com os membros da Frente Liberal e com a cúpula do PMDB.

Seguiu diretamente para a casa do senador Marco Maciel, onde participou de reunião com vários membros da Frente Liberal. Além do presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, estavam presentes Afonso Camargo, Freitas Nobre, Humberto Lucena, Karlos Rischbieter e o economista Celso Furtado.

O assunto era a plataforma de governo. Nesse dia, Tancredo teve a oportunidade de afirmar: “Por formação, educação e sentimento, a coisa que mais repilo é o revanchismo. É uma forma de subdesenvolvimento político que o Brasil, no seu estágio de desenvolvimento, não admite”.

À noite, após 50 minutos de conversa com o vice Aureliano Chaves no Palácio do Jaburu, o governador mineiro, perguntado se havia firmado o compromisso de não atacar a Revolução de 1964 em sua campanha, afirmou: “Não há por que contestar a Revolução de 64. A Revolução de 64 é um fato histórico. É uma categoria sociológica. A Revolução, hoje, é tema para estudos, para análises, para críticas, para interpretação. A nós, políticos, cabe construir o Brasil de hoje e pensar no Brasil de amanhã, no futuro”.

No PMDB, Roberto Gusmão, secretário de governo de São Paulo na administração Franco Montoro, teve papel relevante. Ele ajudou a convencer os cardeais da política paulista, integrantes do PMDB, sobre a oportunidade de se ir ao Colégio Eleitoral para ganhar a Presidência da República. Entre aqueles que aceitaram os argumentos de Roberto Gusmão estavam o vice-governador Orestes Quércia, o senador Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, prefeito de São Paulo, à época. Os jornais deram grande destaque à notícia.

Em primeiro de agosto de 1984, o governador de Pernambuco comunicou ao presidente do PDS, Augusto Franco, que decidira deixar o Diretório Nacional do partido. Entre aqueles que deixaram a direção pedessista

estavam Aureliano Chaves, José Sarney, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, além do ex-ministro Hélio Beltrão.

Roberto Magalhães disse: “No momento em que torno definitiva a posição de não comparecer à convenção e mantendo a intenção de marchar com a Frente Liberal e apoiar um candidato do PMDB, acredito que não devo mais ter assento no órgão executivo máximo do PDS”. O governador havia indicado seis deputados estaduais como delegados ao Colégio Eleitoral e cinco deles o acompanharam na decisão de sair do PDS.

Tancredo Neves e Aureliano Chaves reuniram-se no Palácio do Jaburu, em 5 de agosto de 1984, para dar os últimos retoques no programa da Aliança Democrática. Tancredo Neves reuniu-se com os políticos que formavam a Frente Liberal em 7 de agosto de 1984, ocasião em que se consolidou o pacto, quando o então governador, já na qualidade de candidato, abordou alguns itens essenciais de seu programa, que incluía Constituinte, problemas sociais, eleições diretas, dívida externa, moradia, emprego, previdência social, liberdade sindical e Estado de Direito.

Na ocasião, ficou decidido que a Frente Liberal, cujos votos seriam essenciais para a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, faria oficialmente a indicação do candidato a vice.

Os membros da Frente Liberal diligenciavam diuturnamente os governadores do PDS para convencê-los a apoiar Tancredo Neves.

O senador Marco Maciel prevenia sempre: “Olhe, cuidado com as declarações na televisão, após a convenção. Se o Andrezza perder, nós queremos conversar com você, não se comprometa com ninguém”.

O então governador Divaldo Suruagy, em fins de julho, disse: “Não se preocupe, Marco, vai ter um momento em que nossos interesses correrão em um leito comum. Posso até ir para o seu partido, mesmo que não apóie o seu candidato”.

Na manhã de sábado, 11 de agosto de 1984, dia da convenção, o senador gaúcho Carlos Chiarelli foi acordado por Maciel: “Cuidado para não aceitar automaticamente o resultado da convenção”.

O trabalho era intenso, não havia tempo a perder.

Na convenção do PDS, realizada em 11 de agosto de 1984, Maluf saiu vitorioso por uma diferença de 143 votos.

Na convenção do PMDB, realizada em 12 de agosto de 1984, Tancredo Neves, candidato a presidente na chapa, obteve 656 votos, contra 32 brancos e nulos, e José Sarney, candidato a vice na chapa, obteve 543 votos contra 143 brancos e nulos.

Com o resultado obtido, o PDS oficializa a candidatura de Paulo Maluf e o PMDB a de Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice.

Depois de proclamado candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, Tancredo adverte que “havia chegado a vez de lutar em prol da vitória no Colégio Eleitoral”.

A derrota de Andreazza leva Antônio Carlos Magalhães a apoiar Tancredo Neves.

Em 19 de agosto de 1984, era clara a vantagem no Colégio Eleitoral do então candidato da Aliança Democrática. Dessa data em diante, a campanha continuou no ambiente político com a disputa de votos.

Nas ruas, os candidatos procuraram buscar apoios que pudessem significar o que se chamaria de legitimidade popular.

Essa vantagem, segundo o jornal *O Globo* daquele dia, iria se ampliar, uma vez que os aliados esperavam conseguir a adesão dos governadores que não simpatizavam com Paulo Maluf.

Entre eles, o jornal destacou o do Piauí e o do Ceará. Nesse Estado, a aliança esperava obter os seis votos existentes. Nesse sentido, realizou-se acordo entre o governador Gonzaga Mota e o vice Adauto Bezerra.

Situação análoga existiria no Rio Grande do Norte, nas Alagoas e em Sergipe.

Nessa ocasião, a Frente Liberal era chamada também de futuro Partido Liberal Popular (PLP).

Em 24 de agosto de 1984, trigésimo aniversário da morte de Getúlio Vargas. Tancredo Neves vai a São Borja para visitar o túmulo do ex-presidente, Leonel Brizola e Pedro Simon seguem com ele.

No avião, Brizola diz a Tancredo: “Tancredo, depois da eleição, se tu ganhares, terás de fazer uma estátua para o Figueiredo”. Tancredo responde. “É verdade. Se ele aceitasse a candidatura do Aureliano, eu teria de apoiá-la. Um governador de Minas não pode

negar apoio a um mineiro inatacável. Eu é que estaria organizando uma dissidência no PMDB, uma Frente Liberal ao contrário”.

O mês de agosto, como sempre no Brasil, apresenta novidades políticas. O de 1984 não foi diferente. A comunidade de informações não estava satisfeita com a candidatura apresentada pela Aliança Democrática e com o nome de Tancredo para presidente.

Atribui-se ao Alto comando e à comunidade de informações a preparação do discurso que o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, pronunciou em Salvador, Bahia, por ocasião da reinauguração do aeroporto daquela cidade.

Na comemoração do dia do soldado, Figueiredo, com problemas de saúde, não compareceu e, aí, seu substituto deveria ser o vice Aureliano Chaves. Entretanto, tratou-se de que ele também não comparecesse à solenidade.

Naquela oportunidade, o general Walter Pires, ministro do Exército, no comunicado conhecido no jargão militar como Ordem do Dia, fez violento ataque aos *traidores*, querendo referir-se a Aureliano, Sarney e Antônio Carlos Magalhães, enfim, a todos que formavam a Frente Liberal, que possibilitaria a vitória de Tancredo Neves.

Aureliano Chaves já havia previsto, em fins de julho, que haveria turbulência na área militar. Essa afirmação foi ouvida pelo então senador Jorge Bornhausen.

O trabalho político continuava intenso. Em 27 de agosto, Antônio Carlos Magalhães disse, em Salvador, não acreditar que o governador da Bahia, João Durval Carneiro, seu sucessor, pudesse enfrentar problemas por estar dando apoio a Tancredo Neves.

“João Durval”, afirmou Antônio Carlos, “está cumprindo seu dever de cidadão, de governante da Bahia e não tem por que temer represálias do governo federal, até porque a Bahia não merece isso”.

Em resposta a argumentos de seus adversários sobre a possível rejeição dos militares a seu nome, em caso de vitória no Colégio Eleitoral, Tancredo, no dia 30 de agosto de 1984, contra-ataca politicamente: “Ameaças são um desrespeito às Forças Armadas”.

Em 31 de agosto de 1984, segundo o jornalista Getúlio Bittencourt, Tancredo estimava vencer por uma diferença de 100 votos no Colégio Eleitoral. Todavia, considerava otimista a possibilidade de a Frente Liberal conseguir mais do que 130 votos a seu favor.

Em 4 de setembro de 1984, reinaugura-se, em Salvador, o aeroporto 2 de julho, após uma grande obra. O ministro da Aeronáutica, Délio

Jardim de Matos, pronuncia um discurso violento contra os dissidentes do PDS, aqueles que formaram a Frente Liberal, chamando-os de *traidores*.

Na verdade, Délio queria atingir Antônio Carlos Magalhães, e este respondeu pronta e publicamente, dizendo que trair a Revolução de 64 era apoiar um corrupto e facilitar negócios a seus amigos.

As acusações de Antônio Carlos Magalhães foram dirigidas ao ministro da Aeronáutica. No discurso, o ministro não se referiu a Antônio Carlos e, sob o testemunho de Figueiredo, disse: “O caminho do progresso não é o caminho dos conchavos com a esquerda incendiária, tampouco o dos conciliábulos com os mercadores da consciência travestidos de independentes de ocasião”.

Na solenidade, notaram-se duas ausências entre as autoridades.

A do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Luiz Eduardo Magalhães, filho de Antônio Carlos Magalhães, e a do deputado federal Eraldo Tinoco, que também era integrante do mesmo grupo político.

Na opinião de Thales Ramalho, o regime militar acabou ao não reagir ao discurso de Antônio Carlos Magalhães respondendo a Délio Jardim de Matos.

Tancredo Neves encontrou-se com o ex-presidente Ernesto Geisel no Rio de Janeiro, mas precisamente na sede da empresa Norquisa, a qual presidia. O encontro, segundo Tancredo, foi uma homenagem a quem já havia ocupado a mais alta função política do país.

Indagado se fora pedir apoio militar a Geisel, Tancredo disse: “De forma alguma faria isso. As Formas Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – pelas quais tenho o maior apreço, o maior respeito e a maior admiração, não devem dar apoio político. Elas devem cumprir os seus deveres constitucionais”.

Essa declaração foi publicada pelo *Jornal de Brasília*, em 5 de setembro de 1984.

Após os incidentes políticos ocorrido durante a reinauguração do aeroporto 2 de Julho, Paulo Maluf anunciou disposição de processar Antônio Carlos Magalhães pelas declarações que atingiram Délio Jardim de Matos. Chegou a enviar seu assessor, Heitor de Aquino, para saber qual seria a posição do Planalto.

III. DEPOIMENTOS COMPLEMENTARES E ELUCIDATIVOS

I. Depoimento do vice-presidente da República, Marco Maciel

“Em relação à escolha do vice, uma pessoa da rua poderia dizer que existem a versão e o fato.

“A versão vai dizer que, se fosse aventado o meu nome, poderiam impugnar a chapa. Impugnar a chapa e cassar o mandato. E essa é uma das razões, mas não foi a principal.

“A hipótese do meu nome foi certamente aventada, inclusive pelo Aureliano. Ulisses era da mesma opinião. Tancredo também. E, pasme quem quiser, igualmente Sarney achava isso.

“Sarney chegou a me dizer várias vezes que eu tinha de ser o vice, chegou a falar com o jornalista Carlos Castelo Branco. Mas eu resisti, apesar disso tudo.”

Eu começaria do começo, levando em conta uma boa advertência de Roosevelt, segundo a qual “é necessário fazer primeiro as primeiras coisas”.

Na realidade, as questões não surgem quando aparecem. E assim foi com o nosso posicionamento, pois surgiu antes de qualquer sinal, a exemplo da candidatura Maluf, motivo de divisão e dissenso nas forças que apoiavam o governo. Entre nós, havia a convicção de que, para dar seqüência ao processo de abertura política, era necessário conferir novos rumos ao país. Razão pela qual, sem ter nada de ordem pessoal, julgávamos Maluf inadequado. Essa que é a raiz.

Para esclarecer melhor o que tenho em vista, vou fazer uma confidência. Certamente não teríamos chegado àquela situação se Petrônio Portela não tivesse falecido. A meu ver, Petrônio teria dado seqüência ao processo de abertura iniciado pelo presidente Geisel.

Eu estava de acordo que era um processo corretamente conduzido.

E mais, que ele, àquela altura, habilitara-se a concluir a transição e levá-la a bom termo, pela interlocução que já tinha tido na sociedade civil brasileira – OAB, partidos políticos e outros segmentos organizados.

Tanto isso é verdade que Golbery, num prefácio que fez ao livro de Petrônio Portela, chamado *Tempos de Congresso*, insinuou que Petrônio seria o candidato natural à Presidência da República.

Assim, a transição teria uma seqüência natural. Ele, que já estava coordenando a abertura definitivamente começou a encaminhá-la.

Saliente-se, ademais, que a abertura só foi crescer depois do início do governo Figueiredo, quando este o nomeou ministro da Justiça.

Estou, naturalmente, fazendo uma previsão, porque Petrônio morreu em 1980. Se ele não tivesse falecido, na condição de condutor da abertura, seria o candidato natural.

O nome dele teria o apoio não somente dos membros do Colégio Eleitoral do então PDS, mas, talvez, até de pessoas da oposição, que estavam achando que tinham de prestigiar o processo de abertura.

É bom lembrar o passado.

Naquela época não havia nenhum outro nome e acho, portanto, que Petrônio tinha esse crédito em segmentos da oposição.

Naturalmente, haveria reações.

Ele não teria talvez a votação que Tancredo teve, mas, certamente, seria uma eleição menos traumática porque, além da maioria do Colégio Eleitoral, ele alcançaria também segmentos muito expressivos da oposição que viam nele a condição para concluir o processo.

Do que precede, torna-se patente que o processo começou bem antes do que se possa imaginar, tendo ficado depois muito claro que o presidente Figueiredo não estava habilitado a conduzir o processo sucessório.

Não por falta de aptidão política e de experiência político-partidária, mas por falta de projeto de futuro.

Prova cabal da pertinência da minha conclusão é que ele ficou o tempo todo em ziguezague.

Outro fato que precisa ser lembrado é a saída de Golbery do ministério de Figueiredo. Acho que ele considerou impossível conviver com as oscilações do presidente. A saída de Golbery não deflagrou um processo. Ao contrário, resultou da constatação de que, com Figueiredo, era impossível chegar ao bom desfecho do projeto.

No caso da solução Petrônio Portela, certamente haveria algumas pessoas dentro do governo que dissentiriam dessa posição, os grupos mais radicais. Em compensação, agremiaríamos forças da oposição.

Assim, essa hipótese era altamente viável. Se recuarmos a 1977-78, ver-se-á que o papel de Petrônio Portela foi cada vez maior. A emenda 1/79 foi o marco da abertura, sob a liderança de Portela.

Acompanhei de perto esse processo e por isso eu sou um dos subscritores como presidente da Câmara.

Petrônio tornou-se o grande condutor do projeto, começando a inspirar confiança. Não somente no segmento partidário, na condição de senador, mas nas sociedades não-governamentais: OAB, partidos que estavam na clandestinidade, brasilianistas e jornalistas aos quais dava entrevistas quase diárias.

Começando do começo, como me propus, destacaria não ter dúvidas de que, se ele não tivesse

morrido, chegaria à Presidência da República, porque seria uma solução, a bem dizer, quase natural.

Figueiredo não se sentiria preterido, os grupos mais à esquerda e à direita não iriam gostar tanto, mas, em compensação, iria trazer muita gente desses partidos de oposição e da própria esquerda. Confiava-se no amplo compromisso que se dispunha a cumprir, inclusive em relação à eleição direta e às mudanças constitucionais requeridas. Petrônio criava um clima muito próximo daquele que cercou Tancredo Neves, naturalmente sem a capacidade de mobilização deste último.

Na mesma linha de raciocínio, cabe destacar a perda que significou a saída do general Golbery, com quem manteve estreito relacionamento, tendo dele merecido várias demonstrações de apreço, a exemplo da participação que teve na minha escolha, em 1971, para governar Pernambuco.

Sem receio de auto-elogio, quero registrar que sempre atuei no sentido de não acirrar contradições e, já em 1974, era apontado como o homem que mais uniu Pernambuco. Por isso fui, sem maior receio, às eleições de 1978.

Portanto, tinha um bom entendimento de longa data com Golbery. Atuava, no mundo político, na linha de tornar viável o projeto inicial da Revolução de levar o país a uma democracia estável. Tinha por Golbery muito apreço, em razão do seu projeto. Mas acho que, já em 1978, ele começara a se empolgar um pouco com

Maluf. Prova disso é que a escolha terminou recaindo nele.

Naturalmente, concordei que cabia respeitar o resultado da convenção, Se há regra, e quando a pessoa ganha segundo a regra convencionada, não se pode dizer que a regra não vale. Confesso que não tinha vibração pelo ex-governador Maluf, nunca estive e nunca estivemos em um mesmo palanque, ao contrário. Mas não podia deixar de dizer que devíamos ir à convenção dispostos a aceitar os seus resultados, naturalmente levando em conta que havia vários candidatos indicados.

Golbery, então, se dispôs a apoiar Maluf, o que, a meu ver, foi um equívoco. Golbery, pela tradição, tinha condições de conduzir o processo de abertura, tinha o perfil. É lógico, depois que ele deixou o ministério, ficou muito à margem, foi trabalhar em uma instituição financeira como conselheiro. Ali, se aparecia, dava expediente e trabalhava em favor de Maluf. Começou a achar que Maluf tinha uma certa liderança, capaz de conduzir o processo, o que, a meu ver, era uma visão parcial dos fatos.

Achava também que Maluf podia converter-se num grande líder capaz de empolgar o país, talvez como um líder de diretoria. Pode ser que Golbery fosse mais aberto. Ele certamente proporcionou ao país uma visão mais dilatada do processo político, mas, aqui, enganou-se.

Também devo dizer que eu o encontrei algumas vezes, eu o admirava muito. No fim, nas minhas conversas com o Golbery, sentia que ele estava claramente

convencido de que Maluf ia ganhar a eleição. Quanto a isso, ele se equivocou.

Passemos para as prévias.

As prévias seriam uma iniciativa importante. Devo dizer que nós nos valem das prévias para tentar deslocar o eixo da sucessão das mãos de Figueiredo e tentar alijar Maluf. E, desde o começo, era esse o objetivo. Partíamos da constatação de que Maluf conseguiu muitos apoios na periferia do sistema do governo, mas também na periferia do partido. Ele começou a realizar conversas pessoais com os parlamentares menos expressivos, que eu chamaria de baixo clero, embora não goste dessa expressão.

As prévias, na minha opinião, neutralizariam essas conversas de Maluf porque as bases cobriam explicações dos parlamentares.

No começo, Andreazza dizia que as prévias iam perturbar o país e que não valia a pena realizá-las. Mas terminou concordando. Era típico dele esse comportamento. Ele não era pessoa de maior experiência política. Iludia-se achando que poderia ganhar na convenção. Não havia hipótese de ele ganhar do Maluf na convenção. Assim, de alguma forma, Andreazza deu cobertura ao jogo de Maluf.

Em certo momento, Aureliano e eu fomos a Amaral Peixoto, que era o presidente em exercício do partido, na condição, respectivamente, de senador e vice-presidente da República.

Aureliano incumbiu-se de abordar o assunto. Disse-lhe mais ou menos o seguinte: “Quero dizer ao

senhor que eu o respeito, mas, se as prévias não saírem, muitos de nós não iremos à convenção. Eu não posso falar em nome de todos os convencionais, mas em um nome e de um número de pessoas que pensa assim também”.

Aureliano acrescentou que estávamos dispostos a tomar as medidas adequadas, em uma seqüência de encaminhamentos, até mesmo no Colégio Eleitoral.

Eu acho que ele menosprezou um pouco a nossa capacidade de mobilização, porque ele queria um prazo. Falou durante pelo menos quarenta minutos, dando toda a razão ao nosso movimento.

Aureliano concordou e quase não falou sobre a dissidência, Finalmente, Peixoto disse que dali a uns dias daria a resposta sobre as prévias.

Desse modo, como as prévias não ocorreram, nós desatamos nossas mãos e nos lançamos ao trabalho.

No dia da convenção, como se pode verificar pelos jornais da época, uns 70 delegados não compareceram.

Vale a pena destacar que esses 70 e poucos delegados – ou um número parecido – representavam uma quantidade muito superior de votos.

Havia delegados com quatro, cinco votos. Eu, pessoalmente, tinha três: além de membro dos diretórios nacional e regional, era senador.

Sarney era também membro do diretório nacional, senador e membro do diretório regional. E assim por diante.

Não havia, entre esses que não compareceram, pessoas com apenas votos duplos, mas também alguns triplos e quádruplos.

Havia casos de votos quádruplos, quando a pessoa era também membro do diretório, parlamentar, membro do diretório nacional e líder, totalizando, portanto, quatro votos na convenção.

Com risco de omissão, destaco que, desde o começo, os interlocutores no nosso sistema, na nossa área, foram Aureliano, Sarney, Bornhausen e Guilherme Palmeira. De forma discreta, fomos estendendo esses laços a outros congressistas. Depois, obviamente, a alguns governadores. E, já na segunda etapa, a alguns deputados federais.

Dispensar-me de citar qualquer deputado federal, para não cometer injustiça. Por isso fico apenas nos nomes de maior projeção. Caberia talvez mencionar Humberto Lucena, na Câmara dos Deputados, que era o nome de maior visibilidade, se bem que os deputados federais, alguns até do interior, logo vieram a participar. Mas o processo sucessório estava nas mãos de pessoas que no início mencionei e do PMDB.

Quando houve a leitura do compromisso com a Nação, Tancredo disse assim: “Quem tem de ler o compromisso é você, pela Frente Liberal, e Tancredo e Ulisses, pelo PMDB”.

O primeiro contato oficial, sem contar aquelas conversas informais que tínhamos entre nós e com governadores, deu-se por iniciativa de José Sarney. Perguntou-me, em sua casa: “Você topa um dia se

encontrar com o Ulisses?”. Respondi afirmativamente e, então, deu-se o primeiro encontro, só nós três na casa do Sarney.

Com as prévias tínhamos condições de trabalhar outro nome, mas, não tendo se verificado esta possibilidade, com a qual não contávamos, não chegamos a conceber nenhum detalhamento subsequente.

Diante da negativa, resposta que não nos surpreendeu, nós desembarcamos.

Sarney renunciou à presidência do PDS e, logo a seguir, Jorge Bornhausen, que era o primeiro vice, seguiu o mesmo rumo.

Estávamos em junho. Tudo ocorreu depois que começou a haver uma sinalização muito clara de que o governo se aproximara do grupo do Maluf. Isso ficou evidente em uma reunião catastrófica convocada pelo presidente, com a presença do Sarney e dos chamados presidenciáveis. No encontro, não se chegou a resultado algum, pelo contrário.^(*)

Naquela reunião, houve uma discussão muito grande e não foi possível se chegar a um acordo. Ali, já ficou claro que não haveria prévias e que teríamos de seguir outro caminho.

Aceitamos ir àquela reunião por apreço ao presidente da República.

^(*) Essa reunião está registrada no capítulo precedente, em que procurei alinhar os fatos com base em notícias publicadas na imprensa.

Não podíamos recusá-la, até porque queríamos o diálogo. Mas nós sabíamos que não haveria resultado.

Em seguida, houve nova tentativa de aproximação de parte de um grupo de governadores que ainda estava indeciso sobre o apoio a Tancredo, a exemplo de Jair Soares, do Rio Grande do Sul.

A sugestão desses governadores, que depois concordaram em apoiar Tancredo, consistia em uma nova reunião dos dissidentes do PDS com Figueiredo. Recusei, pois, para mim, não havia o que conversar.

Naquela altura, o chefe da Casa Civil era Leitão de Abreu, que me ligou e disse que iria haver reunião entre governadores e o presidente Figueiredo, com o propósito de convencê-lo a aceitar as prévias. Ao convite que me endereçou, respondi-lhe francamente que não o aceitava.

Aureliano decidiu participar, o que me deixou surpreso, pois se tratava de muita boa-fé e até um certo equívoco, porque nós já tínhamos tomado a decisão, não havia muito mais o que discutir.

Além disso, a reunião anterior não havia dado certo. Nela, havíamos presenciado mais um atrito entre Aureliano e o presidente, fato muito desagradável e constrangedor. Como previ, a nova reunião de nada adiantou.

Admito que alguns dos que já estavam conosco compareceram porque talvez precisassem de mais uma oportunidade para acabar de cortar o cordão umbilical. Mas, no meu caso, estar ali não fazia mais sentido, pois já tinha deixado clara a minha posição, tanto para o

presidente quanto para o ministro Leitão e até para o general Medeiros.

Com o Leitão, havia estado mais de uma vez. Não tínhamos mais o que conversar.

Eu já estava em outra posição, que era muito clara. Estavam eliminadas as possibilidades de novos entendimentos. Nós íamos sair para formalizar a dissidência. Já estávamos conversando com Ulisses, como indiquei. Nos encontramos na casa de Sarney onde fixamos a hipótese Tancredo.

Começamos a discutir o compromisso que assumiríamos com a Nação. Que forças eles trariam? Que forças nós traríamos? Acabou vindo mais gente do que era necessário, mas também era prudente ter uma margem para evitar surpresas. Os entendimentos, registrados pelos jornais, foram muitos. Realizamos viagens aos estados, conversamos sobre a formação do Colégio Eleitoral com os delegados estaduais. Houve discussões no Congresso. Sucederam-se várias assembléias na véspera da escolha dos delegados, a fim de que se alinhassem conosco.

Em julho foi formalizada a dissidência que antes estava em curso.

Tratava-se, agora, de empreender os passos decisivos para formalizá-la. Avançamos com a idéia de organizar um partido para que a dissidência dispusesse de personalidade jurídica, daí porque eu não aceitei renunciar ao mandato de senador para compor a chapa em nome da Frente Liberal. Tancredo queria que eu deixasse a formação do partido para depois, mas eu

achava que tinha de ser antes da eleição do Colégio Eleitoral.

Tancredo argumentava que, em vez de ocupar-me da nova agremiação, eu deveria aceitar a candidatura à presidência do Senado e ajudá-lo a eleger Ulisses para a presidência da Câmara. Recusei, por considerar que não poderia ficar imobilizado quando tinha tarefa de tal magnitude pela frente.

Havia gente que, ao deixar seus partidos, enfrentava problemas nos seus estados. O próprio Aureliano era um caso desse tipo. Em Minas, ele era parte de um grupo de fazia oposição a Tancredo e Tancredo fazia oposição a ele.

Tínhamos de dar seqüência, criar um espaço para que essas pessoas começassem a ter presença na política, pois a vitória de um lado poderia esmagar o outro. Então, nós pontuamos o processo. Naquela altura, a nova agremiação ainda não era visível, estava no subsolo, apenas ia aflorando.

Tancredo expressava esta opinião: “Com o PFL no Senado e o PMDB na Câmara, temos a aliança perfeita. Eu posso pensar na organização do ministério e fico tranquilo para governar, já que poderei contar com a Câmara e o Senado”.

Devo destacar, naquela altura, o trabalho desenvolvido por Josafá Marinho junto a outros eminentes juristas, no sentido de levar o Supremo a examinar a questão da fidelidade partidária, que era uma ameaça grave aos dissidentes no Colégio Eleitoral.

Foi uma sugestão de Ulisses que nós o procurássemos. Cheguei a ter uma conversa final no apartamento dele aqui em Brasília, quando ele ainda não era senador.

Em momento algum aquela ameaça alterou o meu ânimo nem o de muita gente. Já tínhamos maioria, naquela altura, para eleger Tancredo. Nós estávamos dispostos a tudo, mesmo a perder mandatos, se fosse o caso. A perda de mandato só se daria posteriormente. Só depois da eleição a iniciativa de propor a cassação de mandatos teria curso.

Além disso, tratava-se de um processo complicado, não existindo mais ato institucional.

Embora me encontrasse no início do mandato de senador, estava disposto a tudo naquela ocasião, inclusive a perder o mandato. De todo modo, para muitas pessoas a lei era ambígua. Com relação a Sarney, por exemplo, ele já tinha mudado de partido. Eu tinha sido eleito pelo PDS.

Em relação à escolha do vice, uma pessoa da rua poderia dizer que existe a versão e o fato. A versão vai dizer que, se fosse aventado o meu nome, poderiam impugnar a chapa. Impugnar a chapa e cassar o mandato. E essa era uma das razões, mas não foi a principal.

Eu achava que, como estava empenhado em liderar um movimento que nos levasse a uma solução asseguradora da continuidade da abertura democrática, se fosse investido na condição de vice na chapa de Tancredo, poderia parecer que vinha agindo por um

interesse pessoal. Que eu queria ser vice e não servir, até para fazer um trocadilho, mas eu estava a serviço de uma causa.

Prevaleceu, assim, o ideal, o que é raro em política, mas acontece.

Era uma oportunidade de evidenciar que não estava empenhado em atender a ambições pessoais, em favor de uma causa.

A hipótese do meu nome foi certamente aventada, até pelo próprio Aureliano. Dizia-me ele: “Marco, os dois postulantes éramos eu e você, aí acabou ficando o Maluf e o Andreazza. Como eu estou inelegível porque eu sou o vice em exercício, o vice da chapa tem de ser você”. Ulisses era da mesma opinião e também Tancredo. E pasme quem quiser, igualmente Sarney achava isso.

Sarney chegou a me dizer várias vezes que eu tinha de ser o vice, chegou a falar com o jornalista Carlos Castelo Branco.

Castelo Branco até me falou um dia: “Todo mundo está achando que você é a melhor solução”. Resisti, apesar disso tudo.

Ajudei a tornar viável o nome de Sarney porque apareceram outros candidatos ao cargo, como Calmon e Luiz Cavalcante, de Alagoas. Nomes que, achava, não teriam a mesma capacidade mobilizadora, em termos políticos, que Sarney apresentava. Esses são os fatos.

Até meados de 1984, eu achava que não era necessário formar um partido. Depois, nós fomos chegando à conclusão de que, pelo caminho que nós

tínhamos tomado, havíamos chegado a um ponto sem retorno. Sem esse passo complementar, o nosso ato político ficaria sem consequência. Tínhamos que ter um partido. E a imprensa nos ajudou, na medida em que cunhou o nome de Frente Liberal.

Escolhido o presidente do novo partido, fui obrigado a dizer o terceiro não a Tancredo. O primeiro foi a recusa de ser seu vice; o segundo, a idéia de fazer-me presidente do Senado; e o terceiro, quando ele me chamou para o ministério, função que, na época, era incompatível com a de presidente da agremiação partidária. O fato de, mais tarde, ter aceitado o convite de José Sarney para ocupar o Ministério da Educação deve-se a circunstâncias inesperadas, diante da delicadeza da situação criada no país com a enfermidade e, depois, a morte de Tancredo.

Tratava-se do seguinte: eu estava em Recife, época de Carnaval, quando Sarney ligou para dizer que estava com uma grande dificuldade.

Imaginei logo problema institucional, alguma questão com os militares.

Coisa provável, porque os militares tinham uma querela com Sarney.

Explica Sarney: "Não é nada disso. É que Aureliano disse-me que, se você não for para o ministério, ele também não vai: você tem de ir".

Tancredo havia me convidado para participar do ministério em outubro ou novembro. A idéia é que eu iria para o Ministério do Planejamento, enquanto Dorneles seria ministro da Fazenda.

Naquela ocasião, não pude aceitar pelos compromissos decorrentes da presidência da Comissão Executiva Nacional do partido.

Quando do convite de Sarney, não pude declinar, pois a ausência de Aureliano no ministério poderia provocar uma crise cujo risco era imprescindível evitar. Aí, foi quando o Bornhausen, que era o primeiro vice, assumiu a presidência do PFL.

A imprensa tinha batizado a dissidência de Frente Liberal. Todos achamos uma boa idéia. Tivemos de fazer a primeira convenção em dezembro, uma data péssima porque o Congresso estava em recesso.

Tínhamos pressa. Depois da eleição, Tancredo poderia fisgar todo mundo para o PMDB. Para mim, isso era algo impensável porque não podia admitir que, em Pernambuco, Marcos Freire levasse todo mundo para o PMDB.

A dificuldade de Aureliano com Tancredo em Minas era a mesma que ocorria em relação a mim, em Pernambuco, com Marcos Freire e Arraes. Éramos água e óleo, então não havia possibilidade de convivermos num mesmo partido.

Assim, fizemos a convenção e formalizamos a criação do partido, digamos, para atender aos mais açodados, se assim posso dizer, ou para atender às situações mais prementes.

Como não tínhamos um nome definitivo, estabelecemos um dispositivo nos estatutos segundo o qual, na primeira convenção depois de formalizada a sua criação, escolheríamos o nome definitivo.

Por imposição legal tivemos de pôr o nome de Partido e assim ficou meio redundante. Imaginava-se que poderia chamar-se Partido Social Liberal. Fizemos a convenção para formalizar a criação, acho que no dia 9 de dezembro.

Depois de providenciada a documentação para registro, tivemos a possibilidade de realizar a nossa primeira convenção, no dia 24 de janeiro de 1985.

Aprovamos, então, o manifesto, o programa e os estatutos. Na convenção subsequente, por motivos outros, não houve condições de discutir o nome, mesmo porque a sigla partidária já estava consagrada.

Ficava difícil reverter a situação criada. Antes que tal se desse, contudo, talvez tivesse sido melhor, de minha parte, insistir no nome Partido Social Liberal.

Nos seis ou oito meses iniciais, até no primeiro ano, dava para promover essa alteração. O nome PSL, Partido Social Liberal, era muito mais eufônico. Passada essa oportunidade, não seria possível rever a questão.

Além disso, as razões da minha preocupação vinham da necessidade de definir e qualificar o liberalismo como nós entendemos.

O nosso liberalismo é um social-liberalismo, mesmo porque, em um país como o Brasil, nós não podemos ter um partido social que advogue o *laissez-faire*. O clássico conservadorismo inglês é um liberalismo que não se compadece com o país em que nós estamos, marcado por enormes desigualdades sociais.

O nosso partido luta pela liberdade como princípio, pela igualdade como fim e pela participação como meio.

Assim, ao lado da democracia representativa, nós vamos robustecer práticas participativas. Essa minha convicção foi haurida há muito tempo e, na condição de governador de Pernambuco, creio ter dado disto uma demonstração concreta.

O *slogan* do meu governo era “desenvolvimento com participação”. Prova de que não se trata de mera teoria.

A verdade não está dada num conceito isolado, mas em sua adequação ao objeto. Nós não podíamos conceber um modelo de agremiação partidária que fosse inaplicável ao Brasil, que não fosse capaz de traduzir a nossa realidade.

II. Depoimento do senador da República, José Sarney

“Para surpresa minha, o major Douglas chegou à minha casa trazendo uma carta. Nessa carta, o presidente Figueiredo me desautORIZAVA a promover as prévias. No dia seguinte, tomei a decisão de renunciar à Presidência do PDS.

“A candidatura Paulo Maluf era tida de forma tão negativa que podíamos chegar a um retrocesso institucional. Eu não descartava a hipótese de o presidente Figueiredo ser levado a prorrogar seu mandato, como havia sido proposto pelo governador Leonel Brizola, com o apoio de grande ala do partido comunista.”

Tendo a crise eclodido com a questão das prévias, parece-me que deve ter sido este o primeiro tema abordado.

Eu achava que a prévia era a única maneira de o PDS escolher democraticamente o seu candidato. Era, ademais, uma maneira de o partido mostrar que a democracia interna estava prosperando em sua estrutura. Por isso, eu propus que as prévias fossem feitas. Até mesmo porque nós tínhamos vários candidatos, o Aureliano, o Marco Maciel, o Paulo Maluf e o Andreazza.

Eu achava que a única maneira de fugirmos de qualquer influência ou deformação da escolha era a prévia.

A convenção, por mais que fosse uma convenção, poderia ser tida como uma convenção manipulada. Fui ao presidente Figueiredo. Disse-lhe o que achava. Ele me autorizou a promover as prévias. Ele concordou com o sistema das prévias e eu comuniquei isso ao ministro Leitão de Abreu.

A partir desse instante, comecei a comunicar aos candidatos que nós íamos partir para o sistema das prévias.

Recordo bem que, nesse dia, acontecia na Câmara dos Deputados uma sessão de homenagem à memória do ex-senador Nilo Coelho.

Marchezan levantou-se, aproximou-se e disse que o ministro Leitão de Abreu queria falar comigo. Fui à cabine telefônica e liguei para o ministro Leitão de Abreu.

Ele me disse que havia a possibilidade de o presidente Figueiredo voltar atrás na decisão da escolha do nosso candidato por meio das prévias.

Naquele momento mesmo, tomei a resolução de anunciar as prévias para torná-las um fato irreversível. Fiz isso assim que terminou aquela sessão da Câmara.

Para surpresa minha, à noite do outro dia, o major Douglas, que era ajudante da ordem do presidente Figueiredo, chegou à minha casa trazendo uma carta. Nela, o presidente me desautorizava a promover as prévias, que já havia anunciado e que já havia combinado com ele.

No dia seguinte o partido iria se reunir.

Nessa reunião do partido, no dia 11 de junho de 1984, propus as prévias. E tomei a decisão de que, se as prévias não fossem aceitas, eu renunciaria à presidência do partido. Chamei no meu apartamento Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira. Disse-lhes da minha intenção.

Nesse momento, Jorge Bornhausen, que era o vice-presidente do PDS, disse-me que também renunciaria. Todos queríamos uma mesma solução no sentido de dar prosseguimento à redemocratização do país.

E assim ocorreu. Eu acho que me conduzi dentro do sistema de orientação pela qual eu buscava a melhor fórmula para o país.

A candidatura Maluf era tida de forma tão negativa que poderia provocar uma reação nacional, mas não havia, de minha parte, o desejo de favorecer a candidatura do Aureliano Chaves ou a candidatura do

Marco Maciel, embora considerasse Aureliano Chaves o melhor candidato que nós podíamos ter naquele momento para a Presidência da República.

É preciso explicitar o meu relacionamento com os principais personagens envolvidos na disputa que acabou provocando essa cisão do PDS. Em primeiro lugar, o meu relacionamento com o presidente Figueiredo sempre tinha sido bom e, posso dizer, de confiança mútua.

Eu não tinha divergência com ele. A divergência só surgiu no momento em que eu fui desautorizado.

Depois de ter me apoiado na questão das prévias, ele queria que eu voltasse atrás.

Com o Aureliano, o meu relacionamento era bem mais antigo, desde o tempo em que ele era da UDN em Minas Gerais, ligado ao Magalhães Pinto.

Nós todos fazíamos parte de um mesmo grupo. Como deputados, tivemos um relacionamento muito estreito. Eu sempre o visitava, mas devo dizer que o Aureliano sempre teve uma postura muito correta. Sabendo que eu era o presidente do PDS, que não podia ter manifestações a favor de nenhum candidato, nunca me pediu apoio.

No caso do Paulo Maluf, não havia nada de pessoal.

Eu sempre o tratei com muita cortesia, com muita humanidade, mas eu achava que a sua candidatura, da maneira em que ela estava sendo posta, iria criar um fato difícil de ser aceito como escolha legítima pelo país. Isso realmente poderia significar um retrocesso institucional.

Eu não descartava nas minhas análises daquele tempo o fato de o presidente Figueiredo ter de ser levado a prorrogar seu mandato por dois anos para fazer eleições diretas, como havia sido proposto, naquela época, pelo governador Leonel Brizola, com o apoio de uma grande ala do Partido Colunista à qual se filiava também meu querido amigo Fernando Santana, que achava que a solução seria a melhor para o país naquele tempo.

No que se refere à reunião de 11 de junho, estava perfeitamente consciente da gravidade e da tensão existentes. Eu sempre fui uma pessoa muito equilibrada, sempre soube tomar minhas decisões. Estava com elas, pois eram cartesianamente estruturadas.

Os jornais já antecipavam o que seria a reunião do PDS, naquele dia. Adeptos da candidatura do Paulo Maluf haviam sido extremamente grosseiros comigo, em declarações aos jornais.

Chegaram ao cúmulo de dizer que iriam retirar-me da presidência do PDS por meios até mesmo violentos, se fosse necessário.

Eu estava preparado para renunciar ao cargo em face da decisão contra as prévias, mas estava preparado também para não aceitar descortesias ou falta de respeito comigo. E, quando esse tipo de ameaça aconteceu, reagi. Tanto que ninguém teve a ousadia de me desafiar.

Quero ainda registrar o longo convívio com Ulisses Guimarães, com quem, durante todo o tempo em que estivemos no Congresso, sempre desfrutei de um

excelente relacionamento, mesmo sendo de partidos diferentes.

Nós, da classe política, temos consciência de que, em momentos da história, devemos superar as divergências e criar espaços para a defesa dos interesses nacionais. E quem defendia esses interesses, naquele momento, no Congresso – brincava – era o *Sacro Colégio*, parodiando o *Sacro Colégio* formado pelos cardeais da Igreja Católica.

O *Sacro Colégio* nunca foi ostensivo. Era algo meio secreto, mas aceito por gente de todos os partidos. Tratava-se de líderes na Casa que se reuniam para discutir questões e buscar saídas para os momentos de dificuldades. Assim aconteceu, para dar um exemplo, no caso do Riocentro. Assim aconteceu, também, no caso do recesso do Congresso para a reforma do Judiciário. Ali, nós procuramos evitar, de todas as maneiras, que as coisas se precipitassem para uma ruptura irreversível, um problema maior do que aquele que nós já estávamos enfrentando.

Nesse sentido, nós, o Ulisses e eu, sempre conversávamos. O Ulisses e o Tancredo freqüentavam a minha casa. Tínhamos muitas vezes reuniões sobre assuntos dos mais diversos, considerados de interesse nacional. Era a pauta do chamado *Sacro Colégio*.

Naquele momento, nós ainda não tínhamos tratado da sucessão com o Ulisses. Isso só ocorreu depois da crise do PDS. Eu me lembro de que a manchete da revista *Veja*, da semana seguinte, foi que, depois de ter me tirado do PDS, o Maluf tinha

atravessado o último obstáculo para a Presidência da República, já podendo ser considerado o próximo presidente. Os jornais diziam isso e eu também admitia que fosse assim. O meu sentimento era o de que ali eu estava encerrando a minha carreira política. Esse era, sem dúvida, meu sentimento.

Até há um fato muito interessante. No dia da renúncia, o Josué Montello estava com o Luís Vianna, que disse: “Olhe, o Sarney fez uma coisa extremamente errada e ele vai pagar caro porque encerrou a carreira política”. Ele tinha o mesmo sentimento que eu.

Aí, o Josué brincou: “Até as coisas erradas que o Sarney faz dão certo”. Depois é que soube desta história.

Especificamente sobre a crise e seu desfecho, eu não tive nenhuma conversa com o Ulisses. Nós conversávamos sobre assuntos institucionais. Mas, sobre a sucessão, nunca tive nenhuma conversa com ele. Depois que eu saí do PDS, alguns dias depois, com esse sentimento de que tinha encerrado a minha carreira política, fui procurado. Em demonstração de solidariedade, Ulisses me visitou.

Mas não tínhamos noção de como os acontecimentos iriam se desenrolar.

Nessa época, recebi um telefonema do Tancredo, em que manifestou solidariedade. Disse que queria conversar comigo logo que viesse a Brasília. Era esse o clima. Mas, insisto, o meu sentimento era de encerramento de minha carreira política.

Ulisses esteve comigo, depois o Tancredo também veio. E, a partir dali, do nosso lado, nós continuamos a nos reunir, eu, Jorge Bornhausen, Aureliano Chaves e Marco Maciel. O Marco Maciel sempre me procurava dizendo que devíamos formar um grupo de resistência, mesmo com o problema da convenção. Eu achava que, naquele momento, não havia, de nossa parte, desejo de sair e apoiar o Tancredo ou ir à oposição.

O que existia era a vontade de resistirmos no PDS, formar um grupo e ampliá-lo. Eu achava que, inevitavelmente, Aureliano teria de ser o chefe desse grupo, até porque, sendo vice-presidente da República, ele teria condições de aglutinar a todos nós na resistência dentro do PDS.

Não saí logo, apenas renunciei à presidência. Fiquei no partido e começamos, então, a nos reunir com o Aureliano e com o Marco para resistir.

Só depois que se esgotaram todas as nossas possibilidades de mudar o rumo dos acontecimentos do PDS é que passamos a analisar a hipótese de apoiar Tancredo. A última tentativa foi feita pelo ex-presidente Geisel, que veio a Brasília tentar demover o presidente Figueiredo de apoiar o Maluf e indicar o Aureliano Chaves. Como Figueiredo não aceitou, nós vimos que não havia mais nenhuma condição de haver uma volta naquele processo.

Passado o impacto inicial, eu achei que poderia ser útil, uma vez que Tancredo pensava que eu, como

tinha sido presidente do PDS, conhecia a estrutura do partido e os delegados do Colégio Eleitoral.

Afonso Camargo foi muito importante nesse momento para a aproximação desse grupo que avaliaria a situação. Ele dava-se muito com Jorge Bornhausen e lutava para que admitíssemos logo a viabilidade de apoiar a candidatura de Tancredo Neves. Então, marchamos para o acordo com Tancredo.

A minha opinião foi sempre de que nós deveríamos fazer um acordo, mas, para funcionar, ele teria de ser um acordo no qual a Vice-Presidência pudesse ser destinada à nossa dissidência.

O primeiro nome em que pensamos e pelo qual lutei foi o do Marco Maciel. Mas o Marco Maciel não aceitou e o Aureliano Chaves me chamou e me disse que não deveria de maneira alguma excluir o meu nome, que eu era o melhor nome, que ia ser aceito por todos.

E daí houve realmente, da nossa parte, uma aceitação consensual.

Tancredo também concordou de pronto e mandou me chamar para um jantar lá em Belo Horizonte. Um jantar secreto na casa do Murilo Mendes.

O Tancredo gostava dessas coisas meio sigilosas. Ele levou dona Risoleta e o Murilo também levou a dona Lúcia. Nesse jantar, as senhoras ficaram um pouco de lado e nós ficamos os três.

Eu recordo isso porque, se o Tancredo desapareceu, o Murilo Mendes está vivo e assistiu a essa conversa, na qual Tancredo me dizia que só deixaria o governo de Minas se eu aceitasse ser o candidato à

Vice-Presidência da República. Evidentemente, Tancredo, como bom político, deve ter dito isso a várias outras pessoas. Mas, naquele momento, eu disse a ele que poderia ser candidato.

Disse ainda que aceitava ser candidato, mas, se existisse outra solução melhor para a vitória do que eu, estava aberto para que a aceitássemos.

As minhas relações com Tancredo sempre foram muito boas desde o Palácio Tiradentes, mas nós tivemos um pequeno incidente.

Foi quando ele se despedia para assumir o governo de Minas Gerais.

No plenário, todos, inclusive senadores do PDS, deram apartes exaltando as qualidades dele, alguns até avançaram no apoio político.

Como eu era o presidente do PDS e ele tinha atacado o presidente Figueiredo, achei que devia fazer um aparte exaltando-o, mas dizendo que não se podia julgar o presidente Figueiredo daquela maneira.

Tancredo não gostou porque era um dia em que os apartes foram a favor dele. Só teve uma voz discordante, que foi a minha. Isso ele me cobrou quando fomos saindo. Eu o encontrei no elevador e ele me disse: “Ora, Sarney, logo você que é meu amigo, foi o único que falou discordando”. Respondi: “Falei por ser presidente do partido e aliado do governo, julguei que era esse o meu dever”.

Eu tinha de fazer aquela ressalva. Mas esse foi um episódio superado, até mesmo porque o Tancredo

não era um homem de guardar ressentimento por uma coisa tão pequena como tinha sido aquilo.

Nossa amizade datava de muito tempo, ele jantava sempre na minha casa.

Uma vez eu promovi um jantar dele com o general Golbery e ministro Paulo Brossard. Eles jantaram na minha casa. Isso antes, muito antes, desse processo sucessório.

Quanto à questão da filiação ao PMDB, a lei previa, desde a Constituição de 1967, que o candidato a presidente e a vice-presidente da República pertencessem ao mesmo partido. Podia ser até sem partido. Só que, depois de eleito, ele teria de se filiar, em oito dias, a um partido.

Então, eu, depois de eleito, dentro do prazo legal, filiei-me ao PMDB. Não existia ainda o PFL, pois os liberais formavam uma frente que ainda não existia como partido.

Naquele momento, eu fiz uma carta para o Ulisses, deve estar no arquivo do Ulisses, na qual eu dizia que estava me filiando ao PMDB, mas por exigência legal. Queria deixar bem claro que a minha indicação para vice-presidente da República tinha sido feita pela Frente Liberal.

Se Tancredo não tivesse falecido, eu, naturalmente, logo depois da posse, teria me filiado ao PFL, mas, como o Tancredo faleceu, julgava que a Presidência da República era do PMDB. Então, eu não tinha o direito de deixar o PMDB e de usurpar aquela

vitória, que era do PMDB. Foi com esse sentimento que assumi a Presidência da República.

Fiquei no PMDB e fui leal ao PMDB. Alguns companheiros da Frente Liberal não compreendiam bem a minha posição, mas eu achava, por dever moral, que a Presidência da República era do PMDB e que tinha de, como membro do PMDB, fazer tudo o que Tancredo faria se fosse presidente da República.

O Tancredo não podia deixar de atender pedidos do PMDB que ele achasse errados, mas eu não.

Tinha assumido a Presidência no lugar de Tancredo Neves.

Essa foi a minha postura e, muitas vezes, mentalmente, eu achava que a nação não entenderia, mas, pessoalmente, minha posição me proporcionava uma grande paz interior.

Quando da constituição da aliança que elegeu Tancredo Neves, firmamos um documento fixando os objetivos pelos quais o governo seria constituído. Esse documento foi assinado por todos nós. Ulisses, Tancredo, Aureliano etc. Do primeiro ao último dia como presidente da República, eu mantive esse documento em cima da minha mesa. Eu cumpri todos os compromissos ali assumidos, a destacar a convocação da Constituinte à realização de eleições diretas.

Todos os princípios da democratização estavam naquela carta que foi subscrita por todos. Então, quando havia dúvidas ou cobranças, eu mostrava o documento: “Olha aqui a carta que vocês assinaram”. Todos tinham

de se submeter a esse documento que era o documento da Aliança Democrática.

A Frente Liberal e a Aliança Democrática representaram um esforço extraordinário em favor da democracia. Devo ressaltar que, naquele desfecho, Ulisses Guimarães teve uma importância muito grande.

Sendo o presidente do PMDB, ele conteve os radicais daquele partido, no qual existia a chamada “Ala dos Autênticos”, que fazia resistência a muitos nomes da Frente Liberal.

Ulisses foi sempre um homem que teve esse espírito de que o importante era que nós fôssemos para a transição democrática, vencêssemos com Tancredo no Colégio Eleitoral e promovêssemos a redemocratização do país. O processo não foi fácil para a constituição da Aliança Democrática. Todos nós trabalhamos muito.

Acredito mesmo que a minha renúncia à presidência do PDS, embora naquele momento eu não tivesse tal objetivo, foi decisiva para deflagrar o processo.

A Aliança Democrática, constituída com o apoio da Frente Liberal, foi essencial na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Tancredo teve oportunidade de ressaltar e de repetir isso na reunião que foi feita com Aureliano Chaves, gravada com o conhecimento de todos.

Aureliano enumerou nossas responsabilidades. Ulisses estava presente.

Tancredo declarou todas as diretrizes pelas quais nós formávamos a Aliança. Definiu, também, os pa-

râmetros para realizar a transição democrática. Aquela reunião foi muito importante. Em nenhum momento se tratou da composição do futuro governo. Tratamos da Aliança Democrática e da carta de princípios sobre a transição democrática. Isso foi o ponto fundamental.

Quanto à composição do governo, Tancredo teve absoluta liberdade. A Frente Liberal nada pediu a ele em relação ao governo. Tratamos da transição democrática.

Para finalizar, quero deixar registrado que a constituição da Frente Liberal provocou uma reação muito grande contra todos nós. Foi uma campanha violentíssima, à base de ameaças, que nós todos tivemos de enfrentar. Ao mesmo tempo, algumas pessoas não compreendiam a nossa posição. Foi um período que exigiu de nossa parte bastante coragem para fazer o que fizemos pelo país. Acho que devemos ressaltar a importância da Aliança Democrática no tocante à tranquilidade do meio militar, mas não foi fácil.

Saímos de onde estávamos reunidos com os companheiros e tivemos de enfrentá-los no dia seguinte.

Tínhamos ainda de conviver no grupo heterogêneo que levou Tancredo ao poder. Enfim, houve muita resistência a respeito da Aliança Democrática. E nosso medo de um retrocesso mostra que foi um processo difícil.

III. Depoimento do senador da República e presidente do PFL, Jorge Bornhausen

“O Espaço diminuía. Não queríamos o retrocesso, temíamos o revanchismo e acreditávamos que a solução Maluf provocaria uma convulsão social. Tínhamos de prosseguir na transição democrática e não confiávamos no presidente da República, cada vez mais contraditório nas suas posições e afirmações.

“A solução nasceu na madrugada do dia 10 para o dia 11 de junho de 1984.

“Foi acertado que Sarney renunciaria à presidência do PDS e eu assumiria, mas, na segunda reunião, eu renunciaria e essa seria a senha para a formação da Frente Liberal.”

Eleito senador em 1982, cheguei a Brasília em 1983 com duas preocupações básicas: os rumos administrativos e políticos do governo Figueiredo e sua sucessão.

O presidente dava sinais evidentes de estar enfiado de governar e, ao mesmo tempo, a partir do Riocentro, havia insegurança quanto ao prosseguimento da abertura democrática. Em que pese as inegáveis qualidades do ministro Leitão de Abreu, a saída do ministro Golbery, grande alicerce da reabertura, aliada ao fortalecimento dos militares do setor de informações, enchia-me de fortes preocupações.

Ao lado desse intranquilo quadro, aproximava-se a sucessão.

O ex-governador e então deputado Paulo Maluf desenvolvia, sem qualquer cerimônia, o processo de aliciamento aos convencionais do PDS, da mesma maneira com que agira e, vitoriosamente, chegara à maioria da Arena para ser governador de São Paulo.

A receita usada continuava a ser a da excessiva amabilidade, do fornecimento de mordomias pessoais e de promessas futuras.

O presidente Figueiredo, condutor natural do processo, não impedia o avanço da candidatura, que crescia internamente e enfraquecia os líderes maiores nos Estados. Além disso, provocava grande reação na imprensa nacional e evidentes e explícitas rejeições populares.

Diante dessa realidade nebulosa, para quem acreditava que era fundamental a transição para a democracia plena, sem maiores seqüelas, entendi que o caminho seria procurar uma outra solução civil para a sucessão e lutar pela mudança constitucional que permitisse o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo.

O Senado contava com vários ex-governadores eleitos em 1982.

Tentávamos nos agrupar. Chegamos a nos reunir uma vez, mas era visível que a vertente malufista já tinha alcançado alguns.

Aproximamo-nos, então, Marco Maciel, Guilherme Palmeira e eu.

Tínhamos muitas identidades, perseguíamos a transição democrática, mantínhamos bom relacionamento com o ex-presidente Geisel e com o ministro Golbery, mas fazíamos restrições à conduta do presidente Figueiredo, tanto do ponto de vista político quanto do administrativo.

Além disso, desejávamos uma solução contrária ao Deputado Maluf e à outra candidatura que vinha surgindo, a do ministro Mário Andreazza, que também não achávamos capaz de ser o desejado presidente da transição.

Tudo nos unia, à exceção da preferência quanto ao sistema de governo.

Guilherme e eu éramos parlamentaristas; Marco, um convicto e inabalável presidencialista. Não foi difícil divisarmos no caminho da alternativa sucessória

a figura do vice-presidente da República Aureliano Chaves.

Tinha posições a favor da transição, era civil, tinha experiência por ter sido governador de Minas e conquistara a estima de militares comprometidos com a abertura, especialmente a do ex-presidente Geisel.

Diversas tentativas fizemos para que o vice-presidente assumisse sua candidatura. Sentíamos, no entanto, que ele aguardava o apoio do presidente Figueiredo, o que, no nosso entendimento, face a influências, especialmente a de militares do setor de informações, seria muito difícil.

Era para nós muito importante ter um candidato. De nada nos adiantava não aceitar nem Maluf nem Andreazza, por mais justificadas que fossem nossas posições. Precisávamos apresentar uma alternativa, alguém capaz e confiável. Foi aí que convencemos (Guilherme e eu) Marco Maciel a permitir que seu nome fosse colocado como pré-candidato. Sabíamos estar em minoria, mas contávamos com a maioria em Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e Goiás, além de apoios esparsos em outros Estados.

Por outro lado, Marco Maciel era muito benquisto no partido e altamente respeitado pelas suas qualidades morais e intelectuais.

Tínhamos, pois, uma candidatura que, se não nascera forte, possuía a vantagem de não ter a vulnerabilidade da do deputado Maluf e do ministro Andreazza. Só mais tarde, quando já havíamos iniciado

nossa pregação, é que o vice-presidente deixou de esperar o apoio do presidente e entrou na disputa.

Procuramos, então, aproximar as duas forças sem retirar a candidatura do senador Marco Maciel. Era prudente, pois Aureliano, com seu temperamento explosivo, poderia a qualquer momento retirar-se da sucessão e ficaríamos novamente na condição de optar entre Maluf e Andreazza, o que não aceitávamos.

No início de 1983, fui eleito vice-presidente do PDS por indicação pessoal do presidente reeleito, senador José Sarney, que era amigo de meu pai desde os tempos da ex-UDN.

Encontrava-me em Santa Catarina, em viagem de inspeção às enchentes que lá ocorriam, quando recebi a notícia. Nunca perguntei ao presidente Sarney as razões da escolha, já que não havia postulado nenhum cargo na executiva do partido.

O fato é que a posição veio a me aproximar mais do presidente do PDS, o que valeria em muito nos desdobramentos futuros.

Paralelamente à ação na sucessão, desenvolvi, contando com o apoio do senador Guilherme Palmeira, a outra vertente, a de tentar aprovar a emenda constitucional do sistema parlamentarista.

Auxiliou-me nessa ação a condição de ser sido escolhido relator da emenda parlamentarista apresentada pelo deputado Herbert Levy, político de alta tradição e respeitabilidade.

Na condução dos trabalhos da emenda, aproveitei os espaços para grandes debates, que depois vieram a

ser publicados pelo Senado Federal. Ganhei, também, tempo suficiente para manter a porta aberta para outras soluções, chegando a elaborar e publicar um substitutivo, sem, todavia, colocá-lo em votação na Comissão Especial. Sabia que só uma grave crise, tal como ocorreu em 1961, nos permitiria votar a matéria, o que não veio a ocorrer.

A emenda parlamentarista deu-me espaço para outras conversações. Como já disse, era contra a emenda o senador Marco Maciel, assim como o meu querido amigo, ministro Golbery, a quem tentei, sem sucesso, mudar de opinião. Da mesma forma, ela não contava com as simpatias do ex-presidente Geisel.

Teve a emenda, todavia, o dom de me aproximar do ministro Ludwig, chefe da Casa Militar, excelente homem público. Também me aproximou ainda mais do meu velho amigo, o então senador Afonso Camargo, parlamentarista convicto.

Tentávamos, de todas as formas, progredir com a matéria.

Verificando a impossibilidade de obter dois terços, mesmo com a eleição direta para presidente da República, que introduzi no substitutivo, a solução foi colocá-la na gaveta, aguardando 1984.

Ainda em 1983, por sugestão do meu amigo Jonas Barcellos, empresário mineiro, fui jantar com o governador Tancredo Neves.

Eu o conhecia apenas protocolarmente.

Assim, a oportunidade me proporcionou a aproximação com o hábil e grande político mineiro.

Não avançou ele na conversa.

Deixou claro que, apesar de adotar linha diferente, não iria medir forças com Ulisses na sucessão do PMDB. Faria um acordo e indicaria o secretário-geral.

Quando indaguei quem de Minas iria indicar para o cargo, Tancredo fez-me uma grande confiança, muito utilizada posteriormente: “O secretário-geral não sairá de Minas, será um paranaense muito habilidoso e de minha total confiança, o senador Affonso Camargo”.

O ano de 1983 foi se esgotando, com o fortalecimento interno cada vez maior da candidatura Maluf, com os movimentos iniciais da oposição para a campanha das *Diretas Já*, com o desinteresse do presidente Figueiredo pela sua sucessão e com nossa crescente preocupação em relação ao desfecho final que ela teria.

Marco Maciel mantinha, com sua extraordinária capacidade de trabalho, contatos com os mais variados líderes partidários, especialmente com aqueles que não tinham aderido à candidatura Maluf.

Guilherme Palmeira, possuidor de extraordinário faro político, tornara-se um grande analista da situação.

No início de 1984, de férias em Santa Catarina, pude acompanhar pelos jornais e pela televisão os primeiros e bem-sucedidos comícios pelas *Diretas Já*, em Balneário Camboriú e Curitiba.

O palanque agregava todas as grandes forças oposicionistas (Ulisses e Tancredo juntos) e a causa ganhava as ruas, com grande apelo popular.

A sensação de insegurança aumentava para nós. De um lado, crescia a rejeição a Maluf e, de outro, avançava o apoio às eleições diretas, cujos resultados eram imprevisíveis. Não queríamos o retrocesso, temíamos o revanchismo e acreditávamos que a solução Maluf provocaria uma convulsão social.

Tínhamos de prosseguir na transição democrática, mas não confiávamos no presidente da República, cada vez mais contraditório nas suas posições e afirmações.

O senador Sarney, preocupado com o crescimento da tese das eleições diretas e com as possíveis adesões no PDS, propôs-me fazer uma viagem a Santa Catarina. Ocorreu na viagem um fato inesperado para mim, o qual julgo importantíssimo para o processo.

Ao conversar mais longamente com o senador Sarney, na minha casa de Florianópolis, depois de lhe explicar, com todos os pormenores, as razões pelas quais eu não apoiaria de forma alguma a candidatura Maluf, perguntei-lhe sua posição.

A resposta veio clara e sem subterfúgios: também não apoiaria Maluf. Lembrou-me de que tinha feito sua carreira em oposição a Vitorino Freire e de que, na UDN, tinha um patrimônio político construído com muita luta. Não iria desmanchá-lo apoiando o ex-governador Paulo Maluf.

Alguns políticos diziam que o senador Sarney estava jogando para ser o vice de Maluf, mas que não queria brigar com os demais candidatos.

Ali, pude ter certeza de sua posição e, por isso, sempre repeli a versão de que o senador Sarney só

retirou seu apoio a Maluf por ter sido preterido na chapa pelo deputado Flávio Marcílio. Ao contrário, Sarney foi uma peça importante contra as pretensões de Maluf.

Ao retornar a Brasília, relatei minha conversa com Sarney ao Marco e ao Guilherme. Em princípio, ficaram um pouco céticos, mas, com o passar do tempo, verificaram que a posição do senador Sarney era para valer.

A partir daí, as conversas passaram a ser feitas quase sempre a quatro, com Sarney incluído. Acertávamos nossos pontos de vista e nos aproximávamos do vice-presidente Aureliano Chaves.

A campanha das diretas ganhava, com entusiasmo, as ruas. Maluf crescia no PDS, utilizando os argumentos de sempre. Volta e meia falava-se (inclusive Brizola) na prorrogação do mandato do presidente Figueiredo.

O presidente Figueiredo chegou a dar impressão de que retomaria as rédeas da sucessão quando convocou os quatro pré-candidatos do PDS para uma reunião. Figueiredo pediu a renúncia dos quatro, Marco e Aureliano aceitaram o apelo, Maluf e Andreazza não concordaram.

Prometeram apoiar o vencedor da convenção.

Outros caminhos teriam de ser perseguidos. Começamos a realizar reuniões – os senadores dissidentes do PDS e os senadores do PMDB (Afonso, Simon, Fernando Henrique e outros) – em meu apartamento funcional.

O ministro Leitão de Abreu, preocupado com a possibilidade da aprovação da emenda Dante de Oliveira, dez dias antes de sua votação, convenceu o presidente Figueiredo a encaminhar emenda ao Congresso, propondo as eleições diretas em 1988, iniciativa que veio logo depois a ser retirada.

No dia 24 de abril de 1984, foi declarado Estado de Emergência em Brasília. No dia 25, publiquei declaração de voto, em Santa Catarina, a favor das *Diretas Já*, visto que meu substitutivo para a instalação do regime parlamentarista previa eleições diretas para presidente e que, portanto, a aprovação da reforma constitucional me permitiria continuar a lutar pela mudança do sistema de governo.

No mesmo dia, procurei o então senador Sarney. Entreguei-lhe minha carta de renúncia à vice-presidência do PDS. Sarney não aceitou, devolveu-me e pediu-me que não lhe trouxesse um novo problema, já que seu próprio filho, Zequinha, iria votar a favor das diretas, como, aliás, aconteceu. Minha estima pelo presidente Sarney e sua evidente angústia levaram-me a guardar a carta e a continuar no cargo.

Sem *quorum* qualificado na Câmara, a emenda das diretas não pôde ser apreciada pelo Senado. A frustração da grande maioria da sociedade foi enorme. Tínhamos de achar uma solução pelo Colégio Eleitoral.

No início de junho de 1984, realizaram-se eleições para a prefeitura de Santos (São Paulo). O candidato apoiado por Paulo Maluf obteve aproximadamente 3% dos votos. Estávamos conversando

sobre o resultado com o presidente Sarney, quando este foi chamado pelo ministro Ludwig ao Palácio. Pediu-me que aguardasse sua volta.

No retorno, eufórico, informou-me que o presidente Figueiredo havia concordado com a realização de prévias no partido.

Sabíamos que, ouvidos todos os filiados, faríamos juntos o candidato e este, face ao seu prestígio e ao estado que representava, teria de ser o Aureliano. Sarney passou a preparar a convocação do partido para o dia 11 de junho.

Reunimo-nos, Marco, Guilherme e eu. Com apoio do primeiro, resolvemos estabelecer um plano de ação a favor das prévias e, posteriormente, uma ação organizada a favor da candidatura Aureliano Chaves.

Segui, numa sexta-feira, para Santa Catarina, para obter o apoio do governador Amin às prévias e depois à candidatura Aureliano Chaves.

Pela primeira vez foi para mim colocada, de forma concreta, a hipótese de apoiarmos o governador Tancredo Neves, e quem o fez foi o governador Amin, relatando-me sua viagem (21 de abril) recente a Minas Gerais.

De qualquer forma, o governador de Santa Catarina concordou com as prévias e com uma mobilização completa dos filiados para um apoio maciço à candidatura Aureliano Chaves.

No sábado, na residência do meu amigo Mário Petrelli, a quem pedia ajuda para a grande mobilização, recebi um telefonema do senador Marco Maciel. Dizia-

me que tinham surgido fatos novos, que as prévias estavam ameaçadas e que eu deveria retornar a Brasília.

Depois de confirmar minha passagem para domingo, fui avisado de que deveria ir do aeroporto diretamente ao apartamento do senador Sarney. Assim foi feito.

Lá já encontrei, além do dono da casa e familiares, Marco Maciel e Guilherme Palmeira. Foi-me explicado, então, que tinham surgido informações de que o presidente Figueiredo, depois de uma conversa com George Gazalle, seu amigo e de Maluf, havia retirado seu apoio às prévias.

Logo depois, chegou o então líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan. Ele confirmou a nova posição e quis encontrar novas soluções, mas nosso desânimo era completo. Tocou a campainha e Sarney foi à porta conversar com um interlocutor, que tudo lhe confirmou. Era o então deputado Prisco Viana, partidário da candidatura Maluf.

Marchezan saiu e permanecemos, os quatro, a conversar e a planejar.

Tínhamos de encontrar uma solução e conter o ímpeto do Aureliano.

Necessitávamos traçar uma estratégia. Nessas horas, ninguém se equipara a Marco Maciel na análise e na busca de soluções.

Ficou acertado, então, que Sarney manteria a reunião do partido.

Se não tivéssemos condições de aprovar as prévias, Sarney renunciaria à presidência e eu assumiria,

provocando nova convocação, para termos o tempo necessário para aglutinar as nossas forças. Ficou combinado, ainda, que, na segunda reunião, eu renunciaria. Essa seria a senha para a formação da Frente Liberal.

Nesse momento, ela nasceu, na madrugada de 10 para 11 de junho de 1984.

Na forma marcada, Sarney abriu a reunião do partido no dia 11 de junho. Foi logo interrompido pelo deputado Flávio Marcílio. Áspero transcorreu o diálogo. Sarney respondeu à altura. Comandado pelo senador Alexandre Costa, que dirigia impropérios ao presidente da sessão, gerou-se um tumulto. Sarney, que estava armado com dois revólveres, renunciou ao cargo e eu assumi, em meio à balbúrdia, declarando encerrados os trabalhos e informando que haveria nova convocação.

Recebemos, no mesmo dia, a notícia de que o Aureliano estava no Rio e tinha decidido deixar o partido. Seguimos para lá, Marco, Guilherme e eu. Fomos diretamente ao hotel em que estava o vice-presidente. Explicamos, com pormenores, tudo que havia ocorrido. Salientamos a necessidade imperiosa de estarmos juntos e de adotarmos as nossas posições de forma conjunta. Aureliano atendeu aos nossos apelos. Vencemos uma etapa importante. Sua saída do processo poderia ser fatal ao sucesso de nossa tarefa.

Aureliano era importante sob o ponto de vista político e militar, era um fiador indispensável para a transição. Acredito, não estou lembrado com segurança, que o Marco tenha conversado com o ex-presidente

Geisel e conseguiu sua participação para evitar a saída do Aureliano.

Este acatava muito o ex-presidente.

Consolidada a presença do vice-presidente Aureliano na Frente Liberal, muitos parlamentares que o apoiavam, assim como o governador do Ceará, Gonzaga da Mota, estariam, em breve, engrossando as fileiras da dissidência.

No dia seguinte, à tarde, fui ao diretório para tomar as providências para a nova convocação do partido. Recebi, então, um telefonema do deputado Ulisses Guimarães, que manifestou o desejo de realizarmos um encontro. Prontifiquei-me, num gesto de cordialidade, a ir imediatamente à sede do PMDB.

Eu tinha consciência de quanto isso poderia representar para os entendimentos futuros.

Os caminhos tinham-se afunilado e a transição democrática dependeria de um entendimento entre nós, dissidentes, e o PMDB.

A conversa demorou uns 45 minutos. Dr. Ulisses informou-me que, nos momentos difíceis, sempre se encontrava com Sarney e que este lhe afiançara que poderia ter absoluta confiança em mim.

Ratifiquei a nossa decisão de romper com o governo e com o PDS e informei-o dos nossos passos seguintes. Ao mostrar grande apreensão com a situação nacional, face à frustração da sociedade desde a votação das *Diretas Já*, combinou novo encontro, no mesmo dia, para uma conversa mais ampla. Antes de eu sair, combinamos o que iríamos dizer à Imprensa. Esse era

um velho hábito dele que conheci naquele dia e que me serviu de lição daí para a frente.

O local acertado para a reunião da noite foi o meu apartamento. Era o mais discreto, pois eu era vizinho de porta do senador Pedro Simon, dileto amigo do presidente do PMDB.

Ao iniciar a conversa, disse ao presidente Ulisses Guimarães que a minha posição não tinha mais retorno, não apoiaria o ex-governador Paulo Maluf e que, se ele tivesse dúvidas, eu me prontificaria a subir até ao apartamento de meu mais ferrenho adversário em Santa Catarina, o senador Jaílson Barreto, para repetir, na presença deste, o que lhe havia dito.

A conversa prosperou. O doutor Ulisses afirmou que o caminho era unir as nossas forças pela democracia.

Nessa ocasião, num gesto de grandeza, próprio dos grandes homens públicos, reconheceu a impossibilidade de sua candidatura, via Colégio Eleitoral, ao afirmar: “Sei que meu nome não é absorvido pelo sistema, mas o de Tancredo é”. Em pouco tempo, tínhamos avançado muito, numa missão que, em princípio, parecia ser impossível. No dia seguinte, fiz completo relato ao Sarney, ao Marco e ao Guilherme.

A partir daí, passou a ser um dos nossos maiores e melhores interlocutores o senador Affonso Camargo, entusiasta desde o primeiro momento da candidatura Tancredo Neves.

Na mesma semana, fui procurado pelo líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, que me pediu para fazer um relato completo do meu pensamento sobre a

situação ao ministro Leitão de Abreu. Solicitava-me um derradeiro esforço.

Fui ao ministro e, de forma clara, fiz o seguinte resumo da situação: ninguém derrotaria Maluf na convenção. Em vista disso, seria inevitável a formação de uma dissidência que iria apoiar um candidato – até mesmo da oposição – no Colégio Eleitoral.

Estávamos dispostos a tudo, mesmo com o risco de perdermos nossos mandatos, face ao dispositivo existente da fidelidade partidária.

Perguntou-me se estava disposto a conversar com o presidente Figueiredo e lhe colocar esse quadro. Ao afirmar que sim, a audiência foi marcada para o mesmo dia.

O presidente recebeu-me de forma seca. Repeti o relato que havia feito ao chefe da Casa Civil: o Maluf seria o ganhador da convenção, os dissidentes não acompanhariam o resultado e eu, desde já, com todo o respeito, antecipava que não votaria, em hipótese alguma, no deputado Paulo Maluf. Perguntou-me qual a solução. Respondi-lhe que só o presidente da República, com sua autoridade, poderia retirar as candidaturas remanescentes (Maluf e Andreazza).

O presidente, então, perguntou-me quem retiraria a candidatura Maluf. “Só o senhor”, disse-lhe. Ele respondeu que já tentara e não conseguira. Afirmei que só um novo candidato poderia permitir a já difícil tentativa de unir o partido e reafirmei-lhe que não votaria no Maluf. Agradei a audiência e solicitei licença para me retirar. Aí, o presidente declarou que

estava muito aborrecido comigo, porque eu havia acreditado no que dissera o deputado Franciscatto sobre seu apoio às eleições diretas.

Passou-me a contar a cena em que, no aeroporto, retornando do exterior, tentou esmurrar o deputado que lhe havia imputado a declaração.

De minha parte, afirmei que acreditava no que me dizia e que, apesar das minhas posições discordantes, eu lhe era grato por ter me indicado para governar Santa Catarina e que não desejava terminar seu governo com nossas relações cortadas.

Figueiredo, então, levantou-se e, embargado na voz, levou-me abraçado até a porta de saída, com os olhos cheios de lágrimas. Eu sabia que, para mim, essa não seria a conversa mais difícil, mas, sim, aquela que teria com o meu inesquecível amigo, ministro Golbery do Couto e Silva.

Não sei precisar a data, mas não demorei a procurá-lo. Fui recebido no seu escritório no Banco Cidade. Lá, expliquei-lhe as razões pelas quais eu apoiaria Tancredo Neves. Dei muita ênfase ao impasse social que seria causado com a possível eleição do Maluf. Afirmei a convicção de que o Maluf não conseguiria governar, pois o povo o perseguiria permanentemente nas ruas. Que a transição teria, enfim, um desfecho com convulsão social. Acredito, ainda hoje, em tudo aquilo que disse ao velho amigo naquela época.

Golbery sabia que, da mesma forma que eu não conseguira convertê-lo ao parlamentarismo, ele não teria

sucesso em me levar para o malufismo. Aliás, devo sustentar que a sua posição era muito mais contra o Andrezza, a quem tinha profunda aversão, do que a favor do Maluf.

Golbery não acreditava na possibilidade de o governador Tancredo Neves correr o risco de renunciar ao seu mandato sem a certeza de uma vitória. Estava convicto da força do Maluf.

Compreendeu minha posição com a bondade de seu coração.

Continuamos grandes amigos até o fim de sua vida. Ele tinha sido o fiador, ao lado dos presidentes Geisel e Figueiredo, de minha candidatura ao governo de Santa Catarina. Geisel não me conhecia pessoalmente.

Com Figueiredo, eu tinha mantido um único contato por iniciativa do Humberto Barreto e do meu amigo Felipe Luz.

Até o fim de sua vida, fui um dos privilegiados interlocutores deste grande condutor da transição democrática, Golbery do Couto e Silva.

Várias vezes estive com ele em seu sítio, no seu local de trabalho, no meu apartamento e, finalmente, no hospital. Foi um dos homens mais brilhantes e cultos que conheci. O fato de ter apoiado Maluf não lhe tira o grande mérito de, junto com o general Geisel, ter contribuído grandemente para a concretização da abertura democrática.

Faço questão de fazer essas considerações, para ficar bem explícito que os fundadores da Frente Liberal

não viraram as costas para o passado. Tínhamos apoiado a Revolução de 1964, tal como a grande maioria da sociedade, que foi às ruas lutar por mudanças. Os militares, então, acompanhavam a voz do povo. Tivemos, todavia, a percepção de que o movimento havia se esgotado e muitas vezes tomado rumos errados e que só com a nossa coragem, saindo do governo, poderíamos contribuir para que uma futura democracia plena se consolidasse sem revanchismos.

Marco, Guilherme e eu fomos governadores à mesma época e jamais fomos acusados de arbitrariedades ou violências. Realizamos governos sem ódios e por isso não tínhamos inimigos, mas, sim, adversários, daí podermos com eles dialogar em nome do futuro do Brasil.

No dia marcado para a reunião da executiva, que novamente tentaria aprovar a realização das prévias, cheguei ao local sabedor da impossibilidade de ver vencedora a nossa idéia. Por isso, resolvi surpreender a todos, menos aos mais ligados, tomando a palavra na abertura da sessão, fazendo um relato dos fatos e concluindo o breve discurso com o meu pedido formal de renúncia ao cargo de presidente.

Formou-se, mais uma vez, um amplo tumulto, com desaforos verbais vindos de todas as partes.

A senha da Frente Liberal foi lançada, agora cada um de nós deveria trabalhar no sentido de concretizar uma aliança com o PMDB, mas, antes, era necessário assegurar o número suficiente de votos para ganhar no

Colégio Eleitoral. A *Veja* já havia saído com capa anunciando Maluf como vencedor.

Nessa nova etapa, quem mais se destacou foi o então senador Marco Maciel. Incansável, a todos procurava e sempre tinha argumentos convincentes para aumentar nossas fileiras. Aos que tinham compromissos com a candidatura Andreazza, propunha nossa união após a convenção, certo que estava da derrota daquele perante Maluf. Vários governadores adotaram essa posição, entre os quais Hugo Napoleão, José Agripino e Divaldo Suruagy. Com Aureliano, estava desde o início Gonzaga da Mota e, com Marco Maciel, o governador Roberto Magalhães.

Dos governadores do Nordeste, somente Wilson Braga haveria de apoiar Maluf e, do Sul, Esperidião Amin havia retrocedido para uma posição de indeciso, o mesmo acontecendo com o governador Jair Soares.

O governador Antônio Carlos Magalhães, político de grande sensibilidade, não se aliou a uma posição com a Frente Liberal, preferiu sua postura final diretamente com Tancredo Neves.

O senador Sarney era o principal interlocutor da Frente Liberal com Antônio Carlos Magalhães.

A união das forças de Marco e Aureliano trouxeram para a futura Frente Liberal vários parlamentares de Minas e de outros Estados, que viriam a ter atuações destacadas nos episódios futuros.

Começou então a ser discutido o “Acordo de Minas”. Sabia-se que, para irmos à frente, deveriam ser mantidas as candidaturas de Aureliano e Tancredo. Só o

entendimento entre os dois é que poderia desaguar no sucesso da operação. Essa, no entanto, era mais difícil que nós supúnhamos. As divergências eram antigas e vinham das disputas entre a extinta UDN e o extinto PSD.

Muitos trabalhavam contra o “Acordo”.

Um dia, no gabinete de Aureliano, tivemos a oportunidade de ouvir uma forte posição contrária ao acordo por parte do deputado Magalhães Pinto, político de grande força em Minas. O senador Sarney, então, o contestou brilhantemente.

Marco insistia para que o general Geisel liberasse Aureliano em caso de o candidato vir a ser o Tancredo, o que, afinal, conseguiu.

Tivemos de muito persistir para concretizar a missão. Ameaças de expulsão, perda de mandato e processos no Tribunal Eleitoral.

Todas essas dificuldades, pouco a pouco, fomos transpondo.

Nos assustamos quando o presidente Figueiredo conseguiu trazer a Brasília o ex-presidente Geisel, mas, para nosso alívio, a conversa não trouxe nenhum novo ingrediente político. Continuamos a procurar novas adesões. Nesse trabalho, mais do que ninguém, destacava-se Marco Maciel.

Fui para meu Estado procurar consolidar o ingresso do governador Amin ao movimento, o que acabou não ocorrendo. A conversa inicial foi boa, combinamos que eu correria o Estado reunindo os companheiros, informando que não apoiaríamos nem Maluf nem

Andreazza e que estaríamos juntos num novo partido. Realizei cerca de onze reuniões no interior de Santa Catarina. A minha posição estava lançada, não poderia recuar.

Marco Maciel e Sarney ficaram com a tarefa maior de consolidar a aproximação com o PMDB. Aureliano ficou como interlocutor principal de Tancredo. Guilherme e eu atendíamos mais à retaguarda.

A renúncia de Tancredo ao governo de Minas foi o ato decisivo para os que ainda não acreditavam na sua candidatura.

Afonso Camargo alertou que, assim que fosse fechado o acordo que garantia a Frente Liberal na chapa de Tancredo, haveria contestações no PMDB. Concretizado o acordo, coube principalmente ao Marco a participação na redação do manifesto da Aliança Democrática.

A escolha do vice deu-se em etapas. No meu apartamento, reunidos Marco, Sarney, Guilherme e eu, o senador Sarney propôs a indicação do Marco. Era a escolha natural e a mais justa. Guilherme e eu apoiamos na hora. Marco resistiu, alegou que tinha sido candidato a presidente e jamais a vice. Foi aí que surgiu o nome do Sarney.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia decidido que só aqueles que haviam sido eleitos pela Arena poderiam se inscrever em outro partido. Sem perda de mandato, o mesmo não era permitido aos eleitos em 1982 pelo PDS. O nosso candidato teria ainda de se inscrever no PMDB. Só tínhamos, para não correr

riscos, três pessoas nessas condições: os senadores eleitos pela Arena José Sarney, João Calmon e Luís Cavalcanti.

Com a auto-exclusão do Marco, só poderíamos, por todos os méritos, indicar Sarney. Concluída nossa escolha, com a aceitação do indicado, comunicamos nossa posição ao Aureliano, que, com seu apoio, consolidou a escolha.

A indicação oficial deu-se no Palácio Jaburu, em reunião presidida por Aureliano e com a presença dos senadores e deputados fundadores da Frente Liberal e de outros líderes sem mandato.

Houve algumas escaramuças. O senador Luís Cavalcanti tentou evitar a decisão e se retirou. No final, foi consagrada a candidatura de Sarney.

Sabíamos que haveria reações no PMDB e na imprensa. Houve uma contestação do senador Pedro Simon que foi liquida, em reunião de que não participei, com a posição firme dos representantes da Frente Liberal e a do próprio Sarney.

A convenção do PDS consagrou Maluf, como prevíamos. No mesmo dia foram se configurando as dissidências dos governadores do PDS e de outros líderes que apoiavam Andreazza. A semente estava plantada. Hugo Napoleão, José Agripino e Divaldo Suruagy incorporaram-se à Frente Liberal, trazendo o contingente de votos que, juntamente com os de Antônio Carlos Magalhães, que preferiu a posição de dissidente do PDS, passaram, aritmeticamente, a garantir uma grande vitória no Colégio Eleitoral.

A Frente Liberal instalou-se no edifício Brasal, cedido por Osório Adriano, e lá passamos a trabalhar. A convenção do PMDB consagrou a chapa Tancredo-Sarney. Dali, consolida-se o processo publicamente, com a seqüência de comícios pró-Tancredo, de espetacular sucesso.

O primeiro comício foi em Goiânia, muito bem organizado pelo governador Íris Resende.

Sarney e todos nós tínhamos receio de hostilização. Nada aconteceu. A chapa estava nas ruas, consagrada.

Daí para o Colégio Eleitoral tivemos de enfrentar as escaramuças do presidente do Senado. Um momento importante se deu quando, antecipando-se a todos, o governador Hugo Napoleão convocou a Assembléia do Piauí e elegeu todos os delegados estaduais. Daí para frente, foi se consolidando, em cada Assembléia, uma grande vitória.

O PFL foi criado em dois atos. Um em dezembro de 1984 e outro, este oficial, em janeiro de 1985. Marco foi eleito o primeiro presidente. A mim, coube a primeira vice-presidência.

Daí para frente, procuramos consolidar o PFL em todos os estados.

Chegamos a uma larga vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Na composição do governo, coube principalmente a Aureliano, secundado por Sarney, combinar com Tancredo a participação do PFL. Nessa ocasião, surgiu mais um importante interlocutor para nós, Mauro Salles.

Com a posse não ocorrida de Tancredo e a correta definição de seu vice como seu sucessor, concluiu-se esse importante passo da transição democrática.

IV. A avaliação efetivada na época, por Marco Maciel

Ao falar sobre a Frente Liberal, Marco Maciel cita Nabuco: “Da mesma forma como Nabuco há mais de um século diagnosticou, também nós podemos diagnosticar hoje que as condições do país não nos permitam outro caminho”.

A Frente Liberal, diz ele, foi formada para evitar que o país mergulhasse novamente no autoritarismo. E mais: com essa atitude, foi possível que se continuasse caminhando para o restabelecimento de uma sociedade liberal e democrática.

Numa série de quatro artigos, intitulados *O Brasil e a crise*, publicados no *Jornal do Brasil* em dezembro de 1984, Marco Maciel analisa os fatos que levaram à criação da Frente Liberal e à instituição da Aliança Democrática. Tratando-se de uma avaliação efetivada no próprio curso dos acontecimentos, parece-nos que mereceriam ser referidos, tendo em vista o nosso propósito de reconstituição daquele importante momento da nossa história.

Na tentativa de elucidá-los, Maciel agrupa os fatos em duas tranches, uma, a sucessão, e a outra, a crise, relacionando-os entre si.

O próprio Maciel explica: “A crise e a sucessão são dados da mesma realidade, mas são também ângulos diferentes de um mesmo problema”. A diferença é a forma em que se vê a realidade, para não desprezarmos o principal e ficarmos com o acessório, ou, como diz Maciel, para não avaliarmos “como transitório o que é permanente”.

Maciel se socorre de José Honório Rodrigues, que, na introdução da sua obra *Conciliação e reforma do Brasil: um desafio histórico-político*, diz: “Creio ser um equívoco pensar que o mais grave problema brasileiro se manifesta nas chamadas crises sucessórias, o que leva observadores menos atentos a pensar na reforma do Poder Executivo, como se monarquia, república, presidencialismo ou parlamentarismo fossem realmente capazes de evitar a instabilidade”.

Na análise de Rodrigues, “há uma relação de comportamento funcional entre a estabilidade econômico-social e a instabilidade política. Esta só desaparecerá quando aquela justar-se às exigências da vida brasileira. Ao contrário do que sustentam alguns políticos brasileiros, o parlamentarismo, sem reforma da estrutura econômica, só agravará a instabilidade política, pois fragmentará o Poder Executivo, já em frangalhos pelas enormes pressões estruturais, econômicas e sociais”.

O que ele pretende esclarecer é que a chamada “crise de sucessão” é, no fundo, apenas uma manifestação deformada do que é permanente.

Ou seja, “a concepção autoritária e personalista sobre o exercício do Poder no Brasil”. O dissídio entre o Poder e a sociedade quase sempre leva à crise, quando se trata de sucessão.

A Frente Liberal foi formada para evitar que o país mergulhasse novamente no autoritarismo, para que continuasse caminhando para o restabelecimento de uma sociedade liberal e democrática.

Maciel se vale dos fatos históricos anteriores para explicar a postura fundamental da Frente Liberal no processo de transição brasileira, dizendo: “Os momentos de ruptura em nosso processo político decorrem exatamente do agravamento do divórcio inconciliável entre concepção personalista e autoritária do Poder e as aspirações preponderantes da sociedade, só atendidas quando o Poder se concilia com a Nação”. A conciliação restabelece o equilíbrio, daí a Nação sobrevive e avança.

Maciel destaca alguns momentos de conciliação ao longo da história.

Segundo ele, a Independência, “o maior momento de conciliação nacional”, não se deu contra o poder, mas com o poder. Quanto ao Sete de Abril, ele lembra que “a renúncia e o exílio do Imperador só se tornaram possíveis quando o Exército, já dominado pela elite brasileira que ascendeu ao seu comando, retirou-lhe o apoio, por compreender que não poderia ficar com o Imperador, mas contra a Nação”.

Sobre a Maioria, em 1840, Maciel afirma que não foram os radicais e exaltados que reconciliaram o trono com a sociedade, mas o Senado vitalício. A supressão do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Abolição também resultaram da ação conciliadora, assim como a questão eleitoral que introduziu o voto direto em 1881.

A República, diz Maciel, “só se tornou possível, na medida em que o Exército, criatura do Imperador, teve de optar entre a lealdade ao monarca e a lealdade à Nação que queria reformas”. O movimento de 1930 “só se tornou possível na medida em que foi liderado pelas mais expressivas figuras do poder dominante”, sustenta Maciel.

Ainda do seu ponto de vista, os episódios históricos de 1945 e 1964 não foram diferentes.

Maciel cita Nabuco para falar sobre a Frente Liberal. Diz ele: “Da mesma forma como Nabuco há mais de um século diagnosticou, também nós podemos

diagnosticar hoje que as condições do país não nos permitiam outro caminho”.

“A nossa política”, dizia Nabuco, “não é só um princípio do presente, mas é também do futuro. Não basta que a ordem pública esteja restabelecida materialmente, é preciso que desapareça o receio de que ela alguma vez seja comprometida. Não basta que as instituições estejam salvas do perigo que correram, é preciso que sejam desenvolvidas pelas leis essenciais à sua existência, firmadas pela reforma daquelas que lhe são prejudiciais e incongruentes”.

“Não podemos desligar-nos do vínculo político sem preenchermos os compromissos que temos com o país”, prossegue Nabuco, afirmando que ao país não basta a segurança, pois é preciso também a seguridade. “A segurança e a seguridade não são a mesma coisa; a segurança é relativa à atualidade, é material; a seguridade é do futuro, é moral, é a ausência de receios. Quando eu vejo que a fé política e a sanção moral estão quase obliteradas; os princípios políticos substituídos pela intriga; quando o ceticismo domina tudo; quando o princípio da autoridade é o alvo dos amigos e inimigos; quando o sofisma é o tipo de nossa época e põe em controvérsia todos os princípios; quando aí vemos a impunidade, diremos que o quadro do país não é lisonjeiro”.

Quando esses elementos de dissolução existem, Nabuco adverte para o risco de instabilidade: “Que importa que esses elementos não estejam em ação, se de um momento para outro eles podem, por qualquer

circunstância, produzir uma explosão? Eu tenho, senhores, mais medo da anarquia surda, dessa desinteligência, dessa desconfiança, desse ceticismo que aí reinam, do que dos pronunciamentos”.

Valendo-se dessas avaliações, Maciel conclui que os políticos da Frente Liberal, por não terem sido fiéis ao PDS, fizeram uma opção correta.

Diz ele: “Nós, da Frente, não fomos fiéis ao partido. A fidelidade que nos querem impor – a das conveniências pessoais – não aceitamos.

“Entre o PDS e o país, optamos pelo país. Entre o Poder e a sociedade, escolhemos a sociedade. Com ela, seremos fiéis à História e ao papel que nela fomos chamados a exercer. Esse é o princípio a que devemos fidelidade”.

Aí estão as razões apresentadas por um dos grandes artífices da Aliança Democrática, no próprio momento de sua constituição.

O artigo publicado no mencionado *Jornal do Brasil* (23 de dezembro de 1984) intitulou-se “As razões do Partido da Frente Liberal”. Sendo parte fundamental do processo de constituição da Aliança Democrática, a Frente Liberal iniciou um procedimento interno de formação de um novo partido político.

É o próprio Maciel quem afirma: “Constituída – e vitoriosa – a Aliança Democrática pactuada com o PMDB, a Frente Liberal inicia, agora, uma nova, duradoura e fundamental etapa – a de converter-se em partido”.

A formação do novo partido era imperiosa, uma vez que deveria sustentar politicamente o novo governo, ou seja, ser instrumento do compromisso político assumido. Maciel acha necessário “moldar o regime às necessidades da ordem com as aspirações igualmente indispensáveis de progresso e de liberdade”. Para conseguir esses objetivos, ele previa a necessidade de decisões importantes.

Segundo Maciel, “é imprescindível prover-se o país de uma moderna constituição – tarefa a ser empreendida pelo Congresso constituinte, a ser eleito em 1986 – bem como tecer-se um quadro partidário que permita expressar os sentimentos populares e viabilizar propostas de aperfeiçoamento político, desenvolvimento econômico e equidade social”.

A Frente Liberal, a ser consolidada como partido, estava destinada a exercer decisivo papel na vida política nacional. Além disso, iria mobilizar a sociedade brasileira para um novo, significativo e promissor ciclo histórico do país. As razões eram muito claras e tinham raízes no próprio movimento que formou a Frente Liberal e tornou-a um partido.

Maciel refere-se ao manifesto do Partido da Frente Liberal. Diz ele: “A atividade política deve ser encarada como prática coletiva e solidária em lugar de ficar alheia à realidade social, como constatou Alberto Torres”. A tônica da conciliação responsável é vista de forma clara nas palavras escritas por Maciel.

Na seqüência, ele avalia que o liberalismo renascera no mundo e também no Brasil. Conclui,

também, que a liberdade é uma conquista insubstituível da civilização e essa é a grande bandeira do ideário liberal.

Essa conquista, entretanto, não é pacífica, pois é necessário muita luta e dedicação por parte daqueles que acreditam no sucesso do homem como construtor do mundo e da civilização, deixando de lado o determinismo, seja ele histórico ou religioso.

Maciel afirma: “Hoje, o ideário político liberal continua firmemente comprometido com a luta em favor das franquias individuais, cujas dimensões, entretanto, foram ampliadas, extrapolando a proteção meramente jurídica do cidadão e incluindo outras formas nos campos econômico e social”. Continuando, fala da liberdade positiva e da negativa, sendo aquela compreendida como “fazer tudo o que não prejudica os outros” e esta, “assegurar igual faculdade a todos os membros da sociedade”.

Para mostrar o que ele chama de “exata compreensão dos vínculos entre o liberalismo e a liberdade”, Maciel exige que se remonte à definição contida no artigo 4º da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, aprovada pela Assembléia Constituinte Francesa: “A liberdade consiste essencialmente em poder fazer tudo aquilo que não prejudica os outros; assim, o exercício dos direitos naturais de cada cidadão não conhece outros limites senão os que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo desses direitos”. Constata-se que Maciel procurou demonstrar claramente o espírito do

novo partido e seus compromissos com a sociedade brasileira e o que entendia ser o espírito da própria nação em sua maioria.

O liberalismo, entendido como assentado na liberdade com igualdade, seja em qualquer campo, tal como o econômico e cultura, ajudará a construir a democracia brasileira com pluralismo ideológico, mas com responsabilidade política e social de todos os atores políticos.

Com essa concepção, o novo partido estava apto a absorver a modernidade que no mundo desenvolvido já havia experimentado.

As novas tecnologias vinham mostrando o avanço da produção com a redução da força de trabalho, não esquecendo de que a perfeita compreensão do aspecto ecológico no mundo era fundamental até mesmo para o relacionamento internacional da sociedade brasileira.

Sobre as desigualdades sociais, Maciel diz: “No instante e que se acentuam as desigualdades sociais, cresce a influência do Estado, agride-se o meio ambiente, oprimem-se minorias e surgem novas formas de discriminação econômica e tecnológica, o liberalismo adquire força e sentido em sua ação inovadora, calcado no patrimônio de conquistas jurídicas, políticas, econômicas e sociais que o século XX legou às atuais gerações”. Há, portanto, uma definição clara do papel do novo partido sobre as desigualdades sociais.

Quanto ao sentido da política, que se resume também na materialização de determinado ideário, Maciel considera que a opção liberal é vantajosa. “No

plano político, o liberalismo luta pelo alargamento e pela generalização do sistema representativo, pela introdução de novas formas de participação, pela ampliação da legitimidade política – até mesmo evitando a influência do poder econômico nas eleições – e pelo fortalecimento do pluralismo partidário”, afirma. “Além disso”, prossegue, “o liberalismo busca instrumentos que propiciem uma eficiente tutela dos direitos do cidadão, protegendo-o contra a excessiva interferência do Estado, que cerceia a liberdade individual e suprime os controles que devem ser exercidos pela sociedade”. Não resta dúvida do rumo do novo partido no plano político.

Sobre o sentido social do liberalismo, Maciel afirma: “O liberalismo, que já foi responsável por inúmeros e significativos progressos, visa tanto assegurar ao cidadão a igualdade de direitos quanto tornar efetiva a igualdade de oportunidades. Desse modo, a interferência do Estado se faz para proteger socialmente o cidadão, amparar a família, dar-lhes dignas condições de vida e assegurar, verdadeiramente, sua participação nos destinos da sociedade”.

Quanto ao aspecto econômico, Maciel enfatiza que “o liberalismo, conquanto defenda o livre mercado, propugna a ingerência do Estado na economia com o objetivo específico de regular a distribuição da renda e da riqueza, orientar o desenvolvimento, condicionando o uso da propriedade ao seu papel social, evitando que a exploração indiscriminada dos recursos naturais finde

por degradar o meio ambiente e, por fim, ensejando a defesa da vida”.

Não há nenhuma dúvida sobre o liberalismo econômico no entender do articulista e um dos líderes do movimento liberal que levou Tancredo Neves à Presidência da República.

Sobre a idéia liberal, Maciel afirma, ainda no artigo divulgado pelo *Jornal do Brasil*, que ela adquiriu, modernamente, uma acepção extremamente abrangente, uma vez que pressupõe a hegemonia da sociedade civil sobre o Estado, definida por Tocqueville como “o conjunto das instituições intermediárias (partidos políticos, sindicatos, associações, empresas, igrejas etc.)”.

No ideário liberal, segundo Maciel, destaca-se também a defesa dos direitos humanos, entendidos como direitos civis e políticos; dos direitos intelectuais, como acesso à educação, à informação, à pesquisa, ao culto religioso; e dos direitos econômicos, a partir do fomento à geração de empregos.

E ainda da proteção aos desempregados, garantia de salários justos, acesso à habitação etc.; do direito à privacidade – consagrado na nova Constituição espanhola sob o título de direito à própria imagem – como forma de preservar a característica de nossos dias, mormente nos campos da informática, biotecnologia etc.; dos direitos ecológicos, traduzidos na adoção de normas destinadas a promover um relacionamento harmonioso entre o homem e a natureza, estimular o florescimento da vida comunitária e tornar possível uma ligação mais afetiva entre as pessoas.

Todos esses princípios formam a plataforma clara, firme e decisiva do novo partido de Marco Maciel e seus companheiros.

Foi definido também o papel histórico a ser vivido pelo Brasil. Segundo um dos trechos do programa do partido, “no momento em que realiza um bem tecido processo de instauração democrática no país, o liberalismo, materializado pela decisão da Frente Liberal de viabilizar politicamente a estabilidade institucional e propiciar a mudança pela qual clama a sociedade, adquire um papel vital”.

O programa do novo partido discorre ainda sobre exemplos de ação política vivenciados pela sociedade brasileira. E, por fim, reafirma que “é necessário acrescentar que a Frente Liberal pretende situar-se como fator de equilíbrio entre todas as formas de sectarismo político e de radicalismo ideológico”.

Com a proposta de ser mandatário do ideário recriado e renovado do liberalismo, o novo partido assume o compromisso de lutar pelos valores fundamentais não apenas do homem, mas também dos diferentes grupos sociais que, sem nenhum tipo de discriminação, têm o direito de participar dos benefícios produzidos pela coletividade.

“Esse é o papel que deseja desempenhar o novo partido. Esperamos que, para esse fim, continue a ter a Frente Liberal o necessário apoio da sociedade”, afirma Maciel.

Como se vê, o artigo analisado antecipa a plataforma política e social do futuro partido.

V. Funcionamento do Colégio Eleitoral e fidelidade partidária

A transição do autoritarismo brasileiro para a democracia efetivou-se de forma complexa.

De dentro do regime militar houve o início do processo, processo este que incorporou toda a sociedade e dentro desta os liberais tiveram papel relevante e definitivo.

Entre os liberais destacamos o trabalho do professor Miguel Reale, que destruiu, do ponto de vista político-legal, uma das barreiras postas pelos conservadores, que era o entendimento sobre a fidelidade partidária no Colégio Eleitoral.

A Constituição Brasileira de 1967 estabeleceu regras sobre a eleição do presidente e vice da República mediante a criação de um órgão denominado Colégio Eleitoral. Em seu artigo 74 e seguintes estipulou os procedimentos necessários àquele fim.

A Lei complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973 regulamentou a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral.

Os artigos 1º e 2º da Lei tratam do Colégio Eleitoral, estabelecendo que “o presidente da República será eleito, entre os brasileiros natos, maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, em sessão pública e mediante votação nominal”. Na seqüência, diz que o órgão se comporá dos “membros do Congresso Nacional e dos delegados das Assembléias Legislativas”.

Dos artigos 3º ao 8º, a Lei determina que se escolherão os delegados pelas Assembléias Legislativas que terão assento e voto no Colégio Eleitoral.

Dos artigos 9º a 11, a Lei trata de como os partidos escolherão seu candidatos a presidente e vice da República e seus respectivos registros para estarem aptos a concorrer à eleição no Colégio.

Dos artigos 13 a 18, a Lei trata da eleição do presidente da República, estabelecendo que o Colégio se reunirá, na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial e quais os atos a serem praticados pela Mesa do Senado Federal que presidirá a sessão, desde a coleta dos votos e a

apuração até o envio de cópia autêntica da Ata da sessão do Colégio Eleitoral para o Tribunal Superior Eleitoral.

Não há em nenhum momento referência ao instituto da fidelidade partidária no Colégio Eleitoral.

O Colégio Eleitoral foi criado pela Constituição de 1967, tendo sido restaurado pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Por esse mecanismo, elegeram-se os presidentes Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo e Tancredo Neves. O número de delegados eleitos pelas Assembleias Legislativas foi alterado durante a vigência do Colégio Eleitoral.

Inicialmente, pela Constituição de 1967, cada Estado elegeria três delegados, mais um para cada 500 mil eleitores inscritos, não podendo nenhuma representação ter menos do que quatro delegados.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, determinou que a representação de cada Estado seria de três delegados, mais um para cada um milhão de habitantes.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, estabeleceu que cada Estado teria seis delegados indicados pela bancada do partido majoritário.

Essa Emenda Constitucional foi contestada por muitos como inconstitucional. Entretanto, na prática, ela veio para tentar garantir a vitória do partido do governo, nessa época, o PDS.

Não resta dúvida de que a transição do autoritarismo brasileiro para a democracia efetivou-se

de forma complexa. De dentro do regime militar, houve o início do processo, que incorporou toda a sociedade e, dentro desta, os liberais tiveram papel relevante e definitivo. Entre os liberais destacamos a figura do professor Miguel Reale, que destruiu, do ponto de vista político-legal, uma das barreiras postas pelos conservadores, que era o entendimento sobre a fidelidade partidária no Colégio Eleitoral.

Esse órgão tinha a função de eleger o presidente da República. Se prevalecesse a opinião daqueles favoráveis à fidelidade partidária, o regime prosseguiria agora em mãos de militares ou de civis conservadores.

O emérito professor Reale esmagou as dúvidas com seu parecer, que está referenciado no livro denominado *De Tancredo a Collor*, senão vejamos: o que é fidelidade partidária? É votar a matéria proposta segundo determinação do partido em conformidade com a convenção ou reunião do órgão partidário específico. Qual a consequência em caso de desobediência? É a anulação do voto e a perda do mandato, visto que este pertenceu ao partido e não à pessoa. Por que a fidelidade partidária era fundamental para os militares e conservadores? É que o Partido Democrático Social era majoritário e, por decisão do partido, a eleição se tornaria uma mera homologação do nome por este indicado.

O primeiro argumento daqueles que defendiam haver fidelidade partidária no Colégio Eleitoral era de que o voto dado a Tancredo Neves, por senador ou

deputado do PDS, seria anulado. E mais: o autor desse voto perderia o mandato.

A p. 11 do livro *Do Tancredo a Collor* publica a cristalina resposta (parte do parecer do professor Reale) que constou de artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em 7 de novembro de 1984. “Tais conclusões só podem ser fruto da paixão, mais do que de comprometimento político”, tão claro é o texto constitucional, cujo artigo 74, parágrafo 2º, dispõe que “cada Assembléia terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros”.

Na seqüência, diz a resposta que “como se vê, claramente, os delegados são da Assembléia, atuando o partido majoritário apenas como instrumento de revelação de seu querer político, por força da nova redação da Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982. Antes, os delegados da Assembléia eram eleitos por esta, entre os seus membros, com ao mínimo de quatro, levando-se em conta a população de cada Estado”.

Diz ainda a resposta: “Se a referida Emenda n 9º 22 manhosamente privou a Assembléia do poder de escolha de seus delegados, transferindo-os à bancada do partido majoritário, nem por isso a representação deixou de competir ao Legislativo Estadual. O partido majoritário, repito, insere-se instrumentalmente no processo de eleição, mas não é o titular, digamos assim, da delegação”.

A conclusão do professor Miguel Reale é a de que o Colégio eleitoral era uma unidade autônoma formada

pelos membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas, construindo, portanto, uma entidade para indicar quem iria governar o país. Daí a conclusão primeira de que, “por esse motivo, o imperativo da fidelidade partidária não se estende ao Colégio Eleitoral, no qual a cotação deverá ser nominal, ou seja, com votos ostensivamente tomados um a um, consoante ocorreu nas duas eleições indiretas anteriores”.

O parecer aborda a desarmonia e a injuridicidade da fidelidade partidária no Colégio Eleitoral. “Por outro lado, a obrigatoriedade da fidelidade partidária não se harmoniza com os objetivos dessa figura jurídica, cujo fim é a obediência do parlamentar às diretrizes legitimamente traçadas pelos órgãos de direção partidária, tal como se acha estabelecido no parágrafo 5º de artigo 152 da Carta Maior”, destaca o parecer.

“Diretrizes”, prossegue o parecer, “é uma palavra que demonstra, eloqüentemente, que o que se visa respeitar são os princípios e as decisões programáticas do partido, em razão das quais se deu a opção do eleitorado. Isto nada tem a ver com a escolha do candidato à Presidência da República, que resulta de outros motivos, dependentes do processo político nacional, no qual o senador ou os deputados federais e estaduais fizeram uma opção segundo os ditames de sua consciência”.

A clareza do argumento não deixa qualquer dúvida, mas o professor prossegue esmagando a tentativa de estender o entendimento sobre a fidelidade

partidária ao Colégio Eleitoral: “De mais a mais, se os seis votos dos delegados já pertencem, de antemão, ao partido majoritário, o que é que explica a existência do Colégio? Que é que dá sentido a toda essa encenação de escolha de delegados, com dia fixo para se reunirem e votar? Bastaria uma singela operação aritmética para saber-se, desde logo, quais os votos obrigatoriamente destinados a Tancredo ou a Maluf... Ora, o Direito não só é incompatível com o absurdo, como não se sintoniza com regras jurídicas inúteis ou disponíveis”.

Não há como não se reconhecer a razão que assiste ao entendimento de que a fidelidade partidária não se estendia ao Colégio Eleitoral.

Entretanto, necessário se faz reportar-se à época em que havia a divergência, e os interesses políticos, tanto de agrupamentos civis quanto de militares, não aceitavam tal verdade.

Os liberais das hostes governistas enfrentaram o risco. Tiveram o mérito de ter conseguido uma transição pacífica e abreviaram o caminho renunciando à liderança do movimento que chegou ao poder, que por sinal foi entregue ao presidente Tancredo Neves, um dos líderes da oposição pacífica ao regime autoritário. A classe política brasileira, e fundamentalmente os liberais, mostraram a possibilidade da existência do regime democrático entre nós.

Em outro artigo, publicado em novembro de 1984 na *Folha de S. Paulo*, sob o título *Perspectivas eleitorais*, o professor Miguel Reale comenta a decisão do Diretório Nacional do PDS, que fechara questão em

torno do candidato oficial no Colégio Eleitoral, o que mostra que a fidelidade partidária era uma arma na luta política dos conservadores.

Diz o professor: “A meu ver essa decisão é anódina, isto é, desprovida de eficácia jurídica, à vista da tese já consagrada pelo Supremo Tribunal Eleitoral quanto à não extensão da lei de fidelidade partidária ao Colégio Eleitoral.”

“Efetivamente”, prossegue o texto do professor, “esse [o Colégio Eleitoral] é um órgão que representa o eleitorado nacional para o fim específico de uma eleição indireta e, como tal, transpartidário”.

Discorre ainda outros argumentos, todos fulminantes. O que se depreende é que o assunto realmente era relevante e não estava resolvido.

Os defensores da fidelidade partidária argumentavam o precedente que teria ocorrido em 1978, quando a Aliança Renovadora Nacional (Arena) considerou obrigatório o voto de seus membros na chapa João Baptista Figueiredo e Aureliano Chaves. O professor respondeu no artigo mencionando que “a situação atual, porém, é totalmente diversa, a não ser que se queira voltar ao regime do AI-5, que imperava naquela época. Importa ter presente que foi só em outubro de 1978 que a Lei Complementar nº 11 pôs termo ao AI-5, ou seja, ao governo autoritário, restituindo aos parlamentares as suas prerrogativas tradicionais, a começar por sua inviolabilidade. Esta pressupõe a inviolabilidade do voto, salvo naqueles casos estritos, em que esteja em jogo uma legítima

diretriz partidária, que o deputado ou senador seja obrigado a obedecer por força do princípio da fidelidade, o qual, como vimos, é incabível no seio do Colégio Eleitoral. Parece que há pessoas que querem agir como se não houvesse abertura democrática”, conclui o parecer.

Não era pacífica a discussão política. Estava em jogo o poder político do país. A decisão da Arena em 1978 nem foi impugnada à época, até porque não havia garantia de exercício de direitos políticos.

O PDS, por decisão de seus líderes, marchava opressivamente contra a dissidência e, nesse sentido, o professor Reale aduz: “Surgem várias possibilidades, em face da tática opressiva que o PDS pretende impor ao Colégio, privando-o de sua liberdade, que, no fundo, significa a liberdade do povo representado (bem ou mal, pouco importa, mas por força de lei) pelos eleitores indiretos do presidente e vice-presidente da República”. O professor Reale diz ainda: “Em primeiro lugar, entendo insuscetível de dúvida o direito dos parlamentares, lesados em suas prerrogativas, de impugnar o arquivamento da decisão do diretório do PDS junto à Justiça Eleitoral, conforme requisito determinado pela Lei Orgânica dos Partidos para que tenha eficácia. Por uma questão de coerência, a mais alta Corte Eleitoral não poderá deixar de negar o pretendido arquivamento, por ser conflitante com aquilo que já foi por ela soberana e definitivamente resolvido”.

Verifica-se que os atos eram praticados no sentido de impor a fidelidade partidária fosse a que

custo fosse. Falava-se em recursos judiciais e outras medidas de ambos os lados. Discutia-se, ainda, sobre a formação da Mesa no Colégio Eleitoral, que era a do Senado, e se esta deveria considerar nulo o voto dado a Tancredo Neves por parlamentar do PDS.

O professor, ainda no mesmo artigo, considera que a idéia de anular o voto dos dissidentes, é absurda. “Imagine-se que, reunindo o Colégio, a Mesa do Senado pretenda absurdamente invalidar os votos dos parlamentares dissidentes. Como esta é uma decisão manifestamente injurídica, não é dito que o Colégio Eleitoral, pela maioria dos seus membros, não possa fazer prevalecer a sua vontade, destituindo a Mesa do Senado por abuso de poder”.

Veja a que ponto a discussão se encontrava, mas o processo caminhava e as posições se aclaravam.

O TSE teve a oportunidade de receber consulta sobre a fidelidade partidária. Em decisões que comentaremos a seguir, verifica-se o clima de tensão política em que se desenvolveu a campanha e, conseqüentemente, o pleito.

Resolução nº 11.985, de 6 de novembro de 1984

O instituto da fidelidade partidária foi amplamente discutido. Nesse contexto, temos a Consulta nº 7.135, formulada ao TSE pelo deputado federal Geraldo Henrique Machado Renault. A consulta relaciona o voto dos delegados provindos das Assembléias Legislativas

ao número de eleitores no Colégio Eleitoral que, a 15 de janeiro de 1985, elegeria o presidente e vice-presidente da República. Tal consulta teve como relator o ministro Oscar Corrêa.

O relatório conclui que o TSE não deve tomar conhecimento da consulta. Admitindo que os outros julgadores poderiam não aceitar a recomendação, o relator insiste numa resposta negativa, ao menos em relação a uma das questões da consulta, qual seja:

a) “Considerando-se que os delegados das Assembléias Legislativas integram a bancada do partido majoritário, daí lhes advindo a legitimidade da delegação, é válido o voto que manifestarem em prol do candidato indicado por outro partido, na hipótese de existir candidato indicado por sua própria agremiação?”.

O Tribunal decidiu: “As questões sobre disciplina partidária e perda de mandatos parlamentares por infidelidade partidária são da competência privativa da Justiça Eleitoral (art. 137, inciso IV, e art. 152, parágrafo 6º), da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980 arts. 130 e 147), sendo, portanto, competente o Tribunal Superior Eleitoral para conhecer de consulta que verse essa matéria”.

O Tribunal entendeu ser de sua competência conhecer da consulta, afastando a preliminar do ministro relator.

b) “Se o partido a que pertencer o delegado estadual, embora não tendo indicado candidato ao Colégio Eleitoral, decidir, por seus órgãos superiores, apoiar candidato determinado, essa decisão obriga o delegado? É válido o voto do delegado que, desprezando a diretriz emanada de seu partido, venha a sufragar candidato diverso?”.

Quanto à segunda questão, entendeu o relator ser procedente o argumento de que os delegados são representantes das bancadas estaduais. O Tribunal decidiu: “Nas resoluções nº 11.787 e nº 11.919, invocadas no parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral, este Tribunal decidiu que cabe à Mesa do Senado Federal, na conformidade do art. 10 da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, deliberar sobre registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, compreendida nessa atribuição resolver sobre as questões prévias, pertençam à área da regularidade formal ou à capacidade eleitoral passiva”. O Tribunal esclareceu que a competência era da Mesa do Senado, que presidiria o pleito no Colégio Eleitoral.

c) “Os delegados das Assembléias Legislativas que, no Colégio Eleitoral, sufragarem candidato de outro partido (na hipótese de o partido haver indicado candidato) ou distinto daquele apoiado pelo seu partido, sujeitando-se à perda de mandato por infidelidade partidária?”. Sobre essa questão, entendeu o relator que havia fidelidade partidária, portanto o “voto não pode

ser considerado válido, para nenhum efeito”. O Tribunal decidiu: “Não existe norma constitucional ou legal que restrinja o livre exercício do sufrágio dos membros do Congresso Nacional e dos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados no Colégio Eleitoral, de que tratam os arts. 74 e 75 da Constituição, ou que lhe prescreva a nulidade por violação da fidelidade partidária”.

Uma decisão histórica, pois reconheceu judiariamente que os delegados não se sujeitavam ao instituto da fidelidade partidária no exercício do Colégio Eleitoral.

d) “O delegado indicado pela bancada do partido majoritário, que deixe oficialmente este partido, pode comparecer ao Colégio Eleitoral como representante da bancada à qual já não pertence?” O relator sobre esta questão disse: “Com relação ao deputado que deixar oficialmente seu partido (letra “d” da Consulta), entendemos que, obviamente, não mais poderá participar do Colégio Eleitoral”.

O Tribunal decidiu: “Compete privativamente, em qualquer caso, à Justiça Eleitoral proceder à apuração e ao julgamento de atitude ou voto que possa implicar infidelidade partidária, a teor do art. 152, parágrafos 5º e 6º da Constituição Federal”.

Nessa decisão, o Tribunal não deixou dúvidas à especulação política e chamou para si tal responsabilidade. Participaram do julgamento, tendo Rafael Mayer como presidente e Oscar Corrêa como relator, os

ministros Néri Silveira, Torreão Braz, Washington Bolívar, José Guilherme Villela e Sérgio Dutra.

Resolução nº 12.008, de 20 de novembro de 1984
Delegados de Assembléias Legislativas ao Colégio Eleitoral.
Desfiliação de representantes da bancada majoritária.

Em 18 de setembro de 1984, o deputado federal Carlos Sant'Anna formulou consulta ao TSE com o seguinte teor: “Perde o direito de indicar delegados ao Colégio Eleitoral a bancada de partido político que, nas Assembléias Legislativas, deixar de ser majoritária pela desfiliação partidária de um ou mais de seus integrantes, deputados estaduais, para participarem, como fundadores, da constituição de um novo partido político?”.

A Procuradoria-Geral Eleitoral deu parecer pelo não-conhecimento da consulta alegando que a Lei Complementar nº 15/73, na redação dada pela Lei Complementar nº 47, de 22 de outubro de 1984, determina que a indicação de delegados se fará por eleição, a realizar-se no mês de outubro desse ano, na sede da Assembléia Legislativa, mediante convocação e sob a presidência do líder do partido majoritário.

A Procuradoria, seguindo determinações legais, atribuiu à Mesa do Senado o exame da documentação das Assembléias Legislativas:

“Compete à Mesa do Senado Federal receber e examinar a documentação pertinente à escolha dos delegados e seus suplentes das Assembléias Legislativas dos Estados – Ato da Mesa do Senado de nº 2, de 1984 –

e, pelo Colendo Tribunal Superior das Resoluções nº 11.787, de 24 de novembro de 1984 e nº 11.919, de 7 de agosto de 1984, somos pelo não conhecimento da presente consulta”, decidiu o parecer aprovado.

O ministro relator José Guilherme Villela votou pelo não-conhecimento da consulta do deputado federal Carlos Sant’Anna por considerá-la, previamente prejudicada. O ministro referiu-se, ainda, a matérias relatadas por ele a propósito da eleição de 1982, que definiam o entendimento do Colendo Tribunal Superior Eleitoral. O presidente foi o ministro Rafael Mayer e o procurador-geral eleitoral, Mártires Coelho.

VI. A questão teórica da transição democrática

A transição para a democracia é importante e tem sido motivo de frustração para muitas nações.

Alcançada pela Frente Liberal em 1985, a solução brasileira precisa ser ressaltada.

O movimento pela democracia (desencadeado pelos liberais que se aliaram aos moderados da oposição) sustentou o ideal democrático, que o sistema militar tinha como objetivo final, no início do movimento de 1964, mas que acabou adiado por quase vinte anos.

Dentro de nossas tradições culturais, a solução alcançada em 1985 era a única apta a nos conduzir a uma convivência democrática.

A transição de um regime autoritário para a democracia é muito importante. A solução brasileira, alcançada em 1985, há de ser ressaltada por se constituir na única viável dentro de nossas tradições culturais, portanto apta a conduzir a convivência democrática. A saída violenta cria inevitavelmente traumas. Um desses traumas é chamado por Huntington de “questão pretoriana”.

A Aliança Democrática foi o apogeu de um movimento liderado pelos liberais no interior do regime, que se uniram aos moderados da oposição e, juntos, deram sustentação àquilo que o sistema militar tinha como objetivo final, no início do movimento de 1964, e que acabou ficando adiado por quase vinte anos.

A discussão acadêmica acerca da transição democrática
Regimes democráticos funcionam em limitado
número de países.

A conceituação da democracia tem merecido ampla discussão desde a publicação por Joseph Schumpeter, em 1942, de *Capitalismo, socialismo e democracia*. No pós-guerra, o tema tornou-se mais agudo, devido ao fato de que regimes totalitários ou autoritários se apresentaram como democráticos. Exemplo disso foram os comunistas. Embora inimigos radicais do sistema democrático-representativo, os

comunistas inventaram o termo “democracia popular” para mascarar a face opressora do regime.

Na discussão intervieram diversos autores (Robert Dahl, Samuel Huntington, entre outros), convencionando-se que a democracia devia ser caracterizada como um processo (procedimento) na constituição dos governos. Sua nota distintiva consiste na participação do maior número de agentes para a definição de regras que se tornarão obrigatórias para todos. De posse desse critério, foi possível determinar que países seriam democráticos. Deve-se a Samuel Huntington, no livro *A terceira onda* (1991), a identificação das nações passíveis de merecer a denominação.

Huntington entende por terceira onda o ciclo de nova ascensão da democracia que se inicia em 1975 com a derrubada do salazarismo em Portugal. O quadro a seguir mostra os fluxos da democracia no mundo, desde o século passado:

Ondas e reflexos	Nações independentes (A)	Nações democráticas (B)	(B) / (A) %
1ª onda (1828 a 1926)	64	29	45,3
Refluxo 1ª onda (1922 a 1942)	61	12	19,7
2ª onda (1943 a 1962)	111	36	32,4
Refluxo 2ª onda (1922 a 1942)	122	30	24,5
3ª onda (1958 a 1975)	129	58	45,0

Fonte: Samuel Huntington. *A terceira onda*. Ática, p. 35.

Observa-se pela comparação que as nações democráticas são minoria no mundo, portanto tal sistema não conseguiu prevalecer ainda como uma conquista universal. A opção democrática é uma forma de exercício do poder dentro de uma sociedade politicamente organizada. A rigor, nos últimos 70 anos, houve um crescimento expressivo de países que podem ser considerados democráticos, que passaram de 30 para 58.

Correspondem, entretanto, a apenas um terço do número de nações (192) existentes em 1990. Acresce que não está excluída a possibilidade de refluxo da terceira onda.

Como alcançar a transição bem-sucedida

Levando em conta que o problema da maioria dos países consistiria em fazer uma transição bem-sucedida para a democracia, Samuel Huntington, entre outros, tem discutido o tema. No Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos também feriu a questão.

A análise de Huntington compreende primeiro o reconhecimento de que na sociedade moderna há a introdução de atores sociais até então sem expressão ou desconhecidos da comunidade política. O próprio autor diz que “a sociedade em modernização é com freqüência uma sociedade pluralista, que abrange muitos agrupamentos religiosos, raciais, étnicos e lingüísticos”.

Tais grupos se conscientizam de seu papel político e ingressam na área reivindicando a legitimidade de seus interesses. Portanto, há de os integrar à sociedade moderna, há de organizar o debate dos interesses e a formação de um canal que encaminhará para uma decisão submetida a todos, eis aí a grande dificuldade e o grande desafio da sociedade política moderna.

A estabilidade política será cada vez maior, tanto quanto o sistema político permitirá a expansão de grupos sociais participantes. Quanto menores os grupos sociais participantes das decisões, maiores as possibilidades de instabilidade, senão imediata, pelo menos mediata.

Os partidos políticos são os grandes agentes catalisadores dos grupos sociais e, por eles, o sistema fará sua expansão. Esse é o caminho para a estabilidade. É claro que os partidos devem estar estruturados para defender os interesses que a ele são apresentados pelos grupos sociais, sem o que a instabilidade poderá ser gerada graças à falta de representatividade.

A título de exemplo, Huntington diz que, “na década de 1960, a estabilidade presumível da Malásia, onde os líderes tradicionais teceram uma pluralidade de grupos étnicos num esquema de partido único, era mais alta do que a presumível estabilidade da Tailândia, onde a ausência virtual de partidos políticos deixou a comunidade política sem mecanismos institucionais para assimilar novos grupos”. Portanto, há que se canalizar os interesses, sem o que não comportará expansão.

A sociedade moderna exige pluralidade de instituições políticas. Os atores sociais precisam respeitar as instituições, seus sistemas e resultados. A sociedade moderna se modifica por acordo entre aqueles que representam os grupos sociais organizados em partidos políticos, com seus interesses representados. Fora isso, qualquer modificação trará instabilidade, que poderá e deverá gerar situações políticas indesejáveis, uma vez que as decisões terão de ser impostas via autoritarismo ou totalitarismo.

“A participação sem organização degenera em movimento de massas; a organização a que falte participação degenera em cliques personalistas”, afirma Huntington. Portanto, cabe ao partido político ser o canal de expressão dos legítimos interesses sociais. As instituições políticas funcionam logicamente. Sendo assim, Huntington sustenta que “as eleições e os parlamentos são instrumentos de representação: os partidos políticos são instrumentos de mobilização”.

Os partidos políticos assumem a defesa dos interesses sociais no Parlamento, depois da disputa de eleições. Dessa maneira, temos participação e organização sem degeneração. O que Huntington nos diz é que eleições sem partidos institucionalizados não traduzem uma sociedade moderna. Ao contrário, significa que as eleições acabam favorecendo o conservadorismo, ou seja, a estrutura tradicional da sociedade. As instituições políticas modernas exigem partidos políticos que mobilizem as demandas sociais e

parlamentos que expressem a representação da maioria dos grupos que componham a sociedade.

Mudanças não ocorrem com frequência, elas dependem das circunstâncias em que ocorrem os fatos políticos e sociais.

O efeito catalisador na democracia é a possibilidade de sobrevivência das minorias, garantindo o exercício do poder das majorias. Isso só é possível mediante o reconhecimento, por parte da sociedade, da legitimidade de todos os interesses.

Na democracia representativa, os interesses, representados no foro próprio (Parlamento), serão discutidos, prevalecendo a posição daqueles que ocasionalmente formem maioria. Caso isso deixe de ocorrer, não há sustentação ao governo ou programa de governo, que são instrumentos aprovados pela sociedade mediante eleições periódicas. Os limites a esse poder ocasional estarão contidos na Constituição, origem legal da sociedade, onde ela se estratificou, configurou seus parâmetros e ainda fixou como pode ser alterada.

As mudanças e formas

Sejam pela via da revolução ou das reformas, as mudanças não ocorrem com frequência, elas surgem no decorrer da vida social e dependem das circunstâncias em que ocorrem os fatos políticos e sociais. As mudanças são identificadas como radicais ou não pelo grau de alteração na sociedade. Geralmente são reconhecidas como radicais ou revolucionárias as que

mudam o grupo político dirigente e alteram políticas básicas.

As mudanças não identificadas como radicais são também chamadas de reformas. Comportam alterações limitadas e constantes, mas que incluem alternância de poder.

A diferença entre mudança radical ou não-radical é que esta não destrói o que avalia ser bom, enquanto aquela, por ser gerada em ambiente violento e ter desgastado tudo o que havia de bom e ruim no anterior mundo político, nada aproveita.

O político radical precisa de slogan e de polarização. Só existirá para ele o bem e o mal, pode-não-pode, sim ou não. Levará qualquer proposta política ao extremo. O político não-radical é, ao contrário do radical, um homem hábil, necessariamente hábil, característica não exigida no radical.

O reformador ou o não-radical precisa negociar com todos os grupos existentes em sua sociedade. Para poder propor qualquer mudança, precisa contar, geralmente, com o apoio de mais de metade daqueles que formam o estamento de poder.

O reformador ou o não-radical precisa ter proposta que atenda aos interesses de vários grupos. Caso contrário, não obterá maioria e não fará a reforma. Portanto, o caminho do reformador é longo e penoso.

Geralmente, este espécime de político é perseguido ou malvisto pelos radicais e pelos conservadores, pois a ambos incomoda.

Para o radical, ele é fraco, pois tenta conciliar os interesses de várias facções políticas; para o conservador, ele é um subversivo que ameaça o poder que está em suas mãos. O reformador não polariza os temas, geralmente tenta compor a solução mediante as várias sugestões em pauta na sociedade. Ele é um espécime necessário e, caso a sociedade disponha dele em grande quantidade, terá uma maior facilidade para fazer valer o regime democrático, em geral refutado por conservadores e revolucionários radicais.

O radical não tem necessariamente prioridade maior do que tomar o poder, enquanto o reformador está interessado no resultado da mudança, pois tem sempre prioridades definidas. Caso não as tivesse, não poderia estar articulando as próprias mudanças.

A comparação entre radicais e não-radicais pode ser estabelecida em relação às seguintes questões, admitindo-se que ambos são a favor de que as sociedades progridam e não fiquem imobilizadas.

1. Quer mudar as regras dentro das regras;
2. Quer preservar o que é bom nas mudanças;
3. Aceita as regras democráticas vigentes;
4. Reconhece a legitimidade da vitória dos adversários;
5. Negocia soluções políticas;
6. Reconhece que a verdade se estabelece por discussão;
7. Reconhece que todos os interesses sociais são válidos.

Os radicais responderiam negativamente a todas essas questões.

A análise do enquadramento do procedimento do radical e do reformador, a partir dos parâmetros indicados, nos mostra que, embora ambos busquem mudanças na estrutura social, o reformador quer realizá-las segundo as regras estabelecidas e, se as regras não permitirem, ela vai atuar no sentido de mudá-las. O radical quer que a mudança venha, pouco importando como, daí inclusive a afirmação imoral de que os fins justificam os meios.

O reformador quer mudar o que entende ser necessário e preservar o que for bom. O radical quer mudar o que entende ser necessário, mas, como os fins justificam os meios, geralmente destrói ou desgasta o que há de bom. O reformador aceita as regras democráticas vigentes e quer mudá-las dentro das regras estabelecidas para tal. O radical não aceita as regras quando não consegue impor seus entendimentos.

Recorre, então, a procedimentos geralmente fora do quadro institucionalizado, tentando desestabilizar o poder existente.

O reformador reconhece as regras e os seus resultados, seus adversários, quando vitoriosos, são respeitados. O radical não reconhece a legitimidade em ninguém. Caso contrário, como poderia propor acabar com o sistema existente? O reformador está sempre negociando politicamente. As soluções obtidas são produto da articulação e da discussão. O radical nada tem a trocar com os adversários, uma vez que sua meta é destruir o que existe. O reformador é, por princípio, um tolerante com a divergência. A verdade política para ele

é o resultado da discussão e da negociação. O radical é geralmente dogmático. Portanto, a verdade para ele é única, não admitindo nenhuma divergência ou negociação. Esta postura torna inviável sua convivência na sociedade democrática.

Ambos, reformador e radical, objetivam a evolução da sociedade.

Entretanto, o reformador poderá consegui-la, mas o radical revolucionário certamente nunca conseguirá, pois ele acredita estar de posse do caminho certo. Assim, é algo religioso que está no fundo da alma radical. Por fim, o reformador reconhece que a representação, na democracia, é de interesses, sendo, portanto, legítimos todos eles. O radical exclui de alguns segmentos, sendo, portanto, legítimos todos eles. O radical exclui de alguns segmentos sociais o direito a ter seus interesses representados, inviabilizando, mais uma vez, sua participação política numa sociedade democrática.

Ainda abordando o tema violência, Hannah Arendt, em seu escrito *Reflexões sobre a violência*, publicado originalmente em 27 de fevereiro de 1969 e republicado pelo *The New York Review of Books*, diz que “a distinção entre ação violenta e ação não-violenta consiste em que a primeira promove exclusivamente a destruição do velho e a segunda almeja, sobretudo, a instauração do novo”. Huntington, em seu livro *A terceira onda*, apresenta um quadro em que demonstra a qualificação dos grupos envolvidos na democratização, nos processos de transição. Tomando por base o que

denomina de atitude em relação à democracia, ele faz a seguinte distinção:

Governo	(B) / (A) %
Reformadores	Radicais
Democratizadores	Extremistas
Liberais	Moderados
Conservadores	Democratas

Há de se observar que, no arcabouço político, nem todos que são contra um governo autoritário são democratas. Alguns grupos sociais querem apenas implantar o seu autoritarismo, por entender que a verdade está a seu lado. Portanto, ser democrata exige aceitar a institucionalização da democracia com seus instrumentos, ou seja, partidos políticos, Parlamento e eleições periódicas com alternância dos grupos sociais no poder, de acordo com a vontade expressa pela sociedade. As mudanças sociais classificadas por Huntington, quanto à saída do autoritarismo e à passagem para regime democrático, são as seguintes:

1) *transformação*: ocorre quando as elites no poder lideram a criação da democracia. Huntington classifica a transição brasileira do regime autoritário para a democracia como de cima para baixo ou iniciada pelo governo. Nós entendemos que qualquer que seja a saída haverá sempre alguma negociação e que a saída brasileira foi iniciada pelo governo militar, mas foi

implementada pelos civis – fundamentalmente pela participação dos liberais – o que a aproxima do que Huntington conceitua como *transtítuição*;

2) *transtítuição*: ocorre quando a democratização resultou substancialmente de uma ação conjunta dos grupos no governo e na oposição. Há, nesse caso, um grupo no poder que resolve negociar com a oposição e aí se faz a transição para o regime democrático. Eis aí o caso brasileiro;

3) *substituição*: ocorre quando a democracia foi alcançada por grupos de oposição e o regime autoritário entrou em colapso ou foi derrubado. Essa forma de transição apresenta o risco de divisão interna da sociedade política e a implantação de um novo autoritarismo.

Avaliação crítica de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o autoritarismo brasileiro

Na segunda metade da década de 1970, Wanderley Guilherme dos Santos vaticinava: “Provavelmente não será de todo exagerado considerar-se que a crise institucional brasileira provoca acordo, entre todos os atores políticos relevantes, quanto à necessidade de superá-la tão rápido quanto possível, e desacordo sobre os meios eficientes para tanto”. O autor entende que “a não-institucionalização da estabilidade” é o problema.

Sobre a institucionalização do fenômeno da democracia no mundo como uma conquista, Wanderley Guilherme nos diz que “o processo universal de democratização fundamental, fenômeno sem precedentes na história política da humanidade, foi interrompido antes de esgotado, voltando as sociedades à forma mais tradicional de organização hierárquica do poder”.

Está claro, então, segundo Wanderley Guilherme, que a existência generalizada do autoritarismo não constitui a normalidade. Sua extensa incidência, ao contrário de épocas pretéritas, é considerada pela cultura política mundial como uma manifestação de patologia.

Não é difícil entender, segundo ele, a existência de relações assimétricas de poder no passado. É suficiente estabelecer a hipótese de que o poder se organizava autoritariamente, porque era a forma considerada mais apropriada por todos os participantes do jogo político. Hoje, entretanto, os valores políticos derivados das sociedades de mercado prevalecem com o conjunto de normas que deveria orientar as interações políticas.

A questão – na avaliação de Wanderley Guilherme – então se torna mais sutil se todos os atores relevantes do processo político (e provavelmente a maioria esmagadora dos não-relevantes também) estão de acordo com a norma democrática. Por que então, surpreendentemente, é o autoritarismo a forma contemporânea prevalecente?

O que Wanderley Guilherme conclui é que a institucionalização da democracia requer a intervenção deliberada com esse objetivo. O próprio é quem diz que “a lição a tirar da história é a de que a organização não autoritária do poder resulta e deve resultar não de uma evolução natural do processo político e social, mas de deliberada intervenção com o objetivo de implantar uma ordem de estabilidade institucionalizada”.

Algumas interferências são necessárias. Note-se que o advento da economia de mercado modificou o pensar político das sociedades em que foi implantado. Nessas sociedades, observou-se que a ordem democrática interage com maior possibilidade de ser institucionalizada.

Provavelmente, porque o viver democrático exige negociação de interesses, prática que é a alma da economia de mercado.

Portanto, há de se prestar atenção ao fato de que as mudanças sociais, decorrentes da geração de riquezas advindas da economia de mercado, trouxeram para a arena política novos grupos sociais, propiciando que suas práticas de convivência sejam reproduzidas no mundo político, mediante acordo com valores outros que a sociedade possuía.

O processo deliberado de intervenção para institucionalização da democracia, segundo Wanderley Guilherme, também chamado de política de descompressão, apresenta o seguinte: a) avanços moderados; b) introdução no sistema de uma variável de cada vez; c) avanços e recuos, se necessário; e d) redução dos riscos

da compressão para decidir a velocidade da implantação.

A política proposta é aquela que evita tumultos e pressões e dá ao líder do processo condições de avaliar na prática o resultado da introdução de cada medida. portanto, o projeto não contempla todas as variáveis, mas indica, uma após outra, o caminho.

Há de se ter em mente que a democracia aceita a divergência e o autoritarismo, não. Portanto, as medidas de descompressão terão apoio e repúdio, daí a necessidade de vencer etapa por etapa e tornar irreversível o processo.

A seqüência de medidas não pode acumular desafios para evitar antagonismos irreversíveis. Os atores sociais e políticos tem de ser persuadidos a lutar pela ordem democrática, há de se disseminar a lealdade ao sistema e suas formas de solução de conflitos. A vantagem do sistema democrático é que ele dá direitos e obrigações aos atores sociais e políticos. Isso significa garantir a divergência sem o esmagamento da minoria eventual.

A política de descompressão prevê ainda uma agenda a ser estabelecida por aqueles que lideram o sistema.

O processo brasileiro de transição mostra que partimos de uma política de descompressão – segundo critério estabelecido por Huntington – e acabamos, na verdade, tendo uma transtuição.

Os liberais dentro das hostes do poder e fora dele assumiram papel preponderante na negociação da transição.

CRONOLOGIA DOS EVENTOS

1984

Janeiro a abril	Campanha das <i>Diretas Já</i> , movimento da oposição para lançamento de candidaturas à Presidência da República. Convicto de que haveria eleições diretas, Ulisses Guimarães lança sua candidatura.
15 de fevereiro	Reunião do presidente Figueiredo com os presidenciáveis do PDS (Maluf, Andreazza, Aureliano e Marco Maciel) para indicar que não abdicava da escolha do sucessor.
21 de março	Senadores paulistas do PMDB admitem disputar a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, a boataria, refletida na imprensa, alardeia descontentamento no PDS.
28 de março	A demissão do ministro da Marinha Maximiliano da Fonseca é interpretada como indício de disputa entre militares da “linha dura” e partidários da redemocratização sem imposição de candidaturas.
Abril	Pronunciamento do presidente Figueiredo, na televisão, indicando que o governo mandaria ao Congresso emenda constitucional prevendo eleições diretas em 1988. Embora remetida ao Congresso, a proposta acabou sendo retirada para evitar o debate sobre eleições diretas.
21 de abril	Nas comemorações de Tiradentes, em Ouro Preto, o governador Tancredo Neves preconiza a unidade das forças civis sem radicalismo.
24 de abril	Às vésperas da votação da emenda das diretas, o governo decreta estado de emergência em Brasília. Tropas federais cercam o Congresso.

25 de abril	A emenda das diretas é derrotada, tendo recebido 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. Um total de 113 parlamentares deixa de comparecer à votação.
Maio	A imprensa continua insistindo em entendimentos entre dirigentes do PDS e líderes da oposição para uma ação conjunta no Colégio Eleitoral. Contudo, nenhum dirigente dos dois lados os confirma.
10 de junho	Figueiredo retira o apoio que havia dado à realização de prévias entre os candidatos do PDS.
11 de junho	Como reação à retirada do apoio a Figueiredo à sua iniciativa de promover prévias, na esperança de assim pacificar a agremiação, Sarney renuncia à presidência do PDS.
19 de junho	Governadores do PMDB, reunidos no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, lançam a candidatura de Tancredo Neves para concorrer no Colégio Eleitoral.
21 de junho	No exercício da presidência do PDS, em substituição a Sarney, o senador Jorge Bornhausen renuncia.
Julho	Começa a aproximação entre oposição e dissidência do PDS. Fala-se no Acordo de Minas, pacto a ser estabelecido entre Tancredo e Aureliano.
3 de julho	É constituída formalmente, pela dissidência do PDS, a Frente Liberal.
10 de julho	Aureliano admite publicamente, pela primeira vez, a possibilidade de apoio a Tancredo Neves, da dissidência do PDS, agora formalmente denominada Frente Liberal.

14 de julho	Reunião no Palácio Jaburu consagra o que passou a denominar-se Aliança Democrática, união da Frente Liberal com o PMDB para disputar o Colégio Eleitoral.
7 de agosto	Tornados públicos os compromissos da Aliança Democrática, todos relacionados à redemocratização do país, a exemplo da convocação de Constituinte e de eleições diretas para Presidência da República.
11 de agosto	Convenção do PDS: Maluf é escolhido como candidato com a diferença de 143 votos. Sentindo-se desobrigado de seus compromissos com Andreazza, Antônio Carlos Magalhães declara seu apoio a Tancredo Neves.
12 de agosto	Convenção do PMDB oficializando a chapa Tancredo-Sarney para concorrer ao Colégio Eleitoral.
4 de setembro	Em Salvador, numa solenidade oficial, o ministro da Aeronáutica ataca violentamente os dissidentes do PDS, sendo enfrentado publicamente por Antônio Carlos Magalhães. Na avaliação de Thales Ramalho, o incidente consagra o fim do regime militar. No mesmo dia, Tancredo Neves visita Ernesto Geisel no Rio de Janeiro.

1985

24 de janeiro	Cumpridas as formalidades junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no mês anterior, realiza-se a primeira convenção do Partido da Frente Liberal (PFL), na qual são aprovados manifesto e programa.
---------------	--

DADOS BIOGRÁFICOS

- **Marco Maciel**

Senador eleito pelo Estado de Pernambuco e ex-vice-presidente da República (1995-2002). Político e advogado pernambucano, nasceu em Recife no dia 21 de julho de 1940. Filho de um procurador do Estado, Maciel formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1963. Começou a carreira política em 1967, quando se elegeu deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1971, foi eleito deputado federal.

Reelegeu-se em 1975.

Em 1978, foi indicado pela Arena para governar Pernambuco. Em 1982, elegeu-se senador pelo Partido Democrático Social (PDS).

Em 1985, participou da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) e foi um dos mais destacados membros da dissidência do PDS. Nomeado ministro da Educação e da Cultura, ficou no cargo de março de 1985 a fevereiro do ano seguinte.

Ocupou a presidência do PFL em 1987. Em 1990, foi reeleito senador. Em 1995, foi escolhido para a Vice-Presidência da República na chapa de Fernando Henrique Cardoso, como resultado da aliança entre o PFL e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

- **Jorge Bornhausen**

Senador eleito pelo Estado de Santa Catarina e presidente do PFL, nasceu no dia 1º de outubro de 1937. Formou-se em Direito pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1960.

De 1967 a 1971, foi vice-governador de Santa Catarina. Em 1974, assumiu o comando da Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Estado. Em 1979, foi escolhido pela Arena para ser governador de Santa Catarina. Em 1982, foi eleito senador e assumiu a vice-presidência nacional do PDS.

Em 1984, abandonou o posto no PDS porque, a exemplo de José Sarney, também discordava da escolha de Paulo Maluf como candidato do partido à Presidência da República. Foi um dos líderes da Frente Liberal e fundador, em 1985, do PFL.

Em 1986, foi ministro da Educação. De abril a setembro de 1992, foi ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

A partir de 1993, assumiu a presidência do PFL. Licenciou-se, de 1996 a 1998, para exercer o posto de embaixador do Brasil em Portugal. Em 1998, foi eleito novamente senador.

- **Guilherme Palmeira**

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), nasceu no dia 25 de dezembro de 1938, em Maceió (AL).

Formado em Direito pela UFRJ no Rio de Janeiro, começou na política como deputado estadual em Maceió.

Eleito por três vezes consecutivas, assumiu o cargo de secretário da Indústria e do Comércio em 1977. Em 1979 foi escolhido pela Arena como governador de Alagoas. Governou até 1982, quando foi eleito senador.

Em 1984, foi um dos principais líderes do grupo dissidente do PDS que rejeitou o nome de Paulo Maluf e apoiou Tancredo Neves na disputa pela Presidência da República no Colégio Eleitoral. Em 1985, desligou-se do PDS e passou a integrar a bancada do Partido da Frente Liberal, tendo sido vice-presidente e presidente nacional desse partido.

Reeleito senador em 1990, foi indicado pelo Congresso Nacional para assumir o posto de ministro do Tribunal de Contas da União em 1999.

- **Aureliano Chaves**

Foi o primeiro vice-presidente civil a ocupar a Presidência da República, na ausência do titular, durante o regime militar. Mineiro de Três Pontas, Aureliano Chaves nasceu no dia 13 de janeiro de 1929. Formou-se em Engenharia no ano de 1953 e entrou na política, como deputado estadual, seis anos mais tarde, em 1959.

Nomeado secretário da Educação de Minas em 1963, apoiou o movimento militar de 1964 e a queda de João Goulart. Em 1974, foi escolhido pela Arena para ser governador de Minas.

Em 1979, foi eleito pelo Colégio Eleitoral para a Vice-Presidência da República, compondo chapa com o general João Baptista Figueiredo.

Ele e Figueiredo divergiram até o limite da ruptura. Em 1984, Aureliano Chaves foi um dos grandes líderes da dissidência do PDS que apoiou Tancredo Neves. No governo Sarney, foi ministro das Minas e Energia.

Em 1989, candidatou-se à Presidência da República, não tendo logrado êxito. Desde então, afastou-se da vida pública.

- **Ulisses Guimarães**

Ulisses Guimarães nasceu em Rio Claro (São Paulo), no dia 6 de outubro de 1916. Sua morte presumida (seu corpo jamais apareceu) foi decorrência de acidente de helicóptero no dia 12 de outubro de 1992. Em 1940, presidiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o curso na Faculdade de Direito do largo São Francisco.

Em 1947, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte Estadual. A partir daí, exerceu mandato popular até a morte. De 1950 a 1990, elegeu-se deputado federal por onze vezes.

Em 1961, durante o parlamentarismo, foi ministro da Indústria e do Comércio como representante do PSD. Em 1966, ingressou na oposição e ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

De 1971 a 1980, presidiu o MDB e depois o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1974, apresentou-se como anticandidato à Presidência da República. Dez anos depois, liderou a campanha das eleições diretas em todo o país. Apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República no Colégio Eleitoral.

- **José Sarney**

Foi o primeiro presidente civil depois do regime militar de 1964. Nasceu em Pinheiros (MA), em 24 de abril de 1930. Formou-se em Direito, em 1954, e entrou para a política como deputado pela União Democrática Nacional (UDN).

Foi um dos líderes do grupo progressista da UDN e membro destacado da Arena. Em 1979, ajudou a fundar o Partido Democrático Social (PDS), tornando-se seu presidente.

Em 1984, renunciou à presidência do PDS e foi indicado pela Frente Liberal como candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Em abril de 1985, com a morte de Tancredo, assumiu a Presidência da República. Seu governo restabeleceu a eleição direta para a Presidência da República e promulgou a nova Constituição.

Depois de deixar a Presidência da República, disputou, com êxito, uma cadeira no Senado Federal, pelo estado do Amapá, em 1990. Assumiu a Presidência do Senado e do Congresso.

Reeleito senador em 1998, está no exercício do mandato.

Além de político, Sarney é escritor de poesias, romances, contos e ensaios. Seus trabalhos são traduzidos em inúmeros países. Desde 1980, é membro da Academia Brasileira de Letras.

- **Tancredo Neves**

Nasceu em São João Del Rei (MG) no dia 4 de março de 1910 e morreu no dia 21 de abril de 1985. Sua eleição para a Presidência da República encerrou o regime militar de 1964. Começou na política como vereador em 1933. Elegeu-se deputado estadual em 1945. Em 1950, elegeu-se deputado federal. Foi ministro da Justiça em 1953. Em 1961, foi primeiro-ministro do regime parlamentarista. Em 1966, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Elegeu-se para a Câmara até 1974. Em 1978, elegeu-se senador.

Com o fim do bipartidarismo, fundou o Partido Popular (PP), mas acabou voltando ao PMDB. Em 1982, foi eleito governador de Minas Gerais.

Com a derrota da emenda que previa eleições diretas para a Presidência da República, sua candidatura surgiu como alternativa da Frente Liberal e do PMDB. Ganhou de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral por 480 votos a 180.

Vítima de dores no abdome foi internado na véspera da posse e morreu, um mês depois, de infecção generalizada.